

M EDICÃO ESPECIAL VIMIMENTO

LUTA ARMADA

PORQUE NÃO DEU CERTO

Apolônio de Carvalho

Franklin Martins

Hércules Corrêa

José Genoíno Neto

*Mário Carvalho
de Jesus*

e o jornalista

Fernando Portela

*Fazem um balanço das causas,
dos resultados, dos erros
e acertos da resistência
armada no Brasil
nos últimos 15 anos*



Edição Semanal n° 235 31/12/79 - Cr\$35,00 - Manaus, Santarém, Macapá, Porto Velho, Rio Branco (via aérea) Cr\$45,00

JAWW 17807

A resistência armada ao regime militar

Até pouco tempo, um pedaço da nossa história esteve trancado a sete chaves: a resistência armada nos anos do "milagre". Movimento abre o tema para um debate amplo e profundo.

Roldão de Oliveira

Há mais de dezesseis semanas que o livro "Guerra de Guerrilhas", do jornalista Fernando Portela, vem ocupando os primeiros lugares na lista de livros mais vendidos no Brasil (conforme referências de Veja). Anteriormente, quando a série de reportagens do mesmo jornalista sobre a Guerrilha do Araguaia foi publicada no "Jornal da Tarde" de São Paulo, já havia conseguido provocar um sensível aumento nas vendas em banca do jornal. A demonstração de interesse pelo movimento dos guerrilheiros que atuaram nas selvas do Araguaia entre os anos de 1972 e 1975 também já fora dada quando a editora Alfa-Omega lançou o primeiro volume de sua série "História Imediata", com a reportagem "A Guerrilha do Araguaia". O livro quase esgotou uma edição de 25 mil exemplares numa única semana de venda em bancas de jornais.

Mas não é somente aquele episódio que desperta tanto interesse. Não é mera coincidência, por exemplo, que o livro "Que é isso, companheiro?", do jornalista Fernando Gabeira, já esteja em sua quarta edição, poucas semanas depois de ter sido lançado. Gabeira, recém-retornado do exílio, em 1969 pertencia ao Movimento Revolucionário Oito de Outubro (data da morte de Guevara) e foi um dos militantes designados para a operação de seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, cujo desenrolar está narrado no livro.

Uma verdadeira guerra no Brasil nos últimos 15 anos

Essa curiosidade popular pelo tema pode ser atribuída, com boa margem de segurança, a dois fatores: em primeiro lugar, porque até recentemente esses pedaços de nossa história estiveram trancados sob sete chaves, proibidos para a nação graças à eficaz ação da censura e, em segundo, porque todos os brasileiros interessados na transformação deste país acreditam que os futuros passos serão dados com maior decisão se houver mais clareza sobre o passado.

Foi tendo em vista essas questões que Movimento promoveu o debate sobre a avaliação da luta armada no período mais recente da história brasileira, com a presença de seis pessoas envolvidas direta ou indiretamente com o assunto.

Realizada na sede do jornal, a discussão durou aproximadamente cinco horas, o que significou mais de 200 laudas de material, ou seja, mais de 4 mil linhas. Isso foi reduzido para 60 laudas, em função do espaço, eliminando-se de imediato temas não programados como as considerações em torno da atual conjuntura e a acalorada polémica sobre a situação

dos metalúrgicos de São Paulo. Ficamos exclusivamente com suas avaliações sobre a luta armada no período mais recente, uma página ainda não totalmente resgatada entre aquelas que a repressão tentou arrancar do livro da história do nosso povo.

O que houve?

O regime sempre procurou esconder que houve uma verdadeira guerra no Brasil nos últimos 15 anos, particularmente após a edição do AI-5, em dezembro de 68. Considerável parcela da população deve lembrar que 70 foi o ano em que a seleção brasileira conquistou o tricampeonato mundial de futebol, enquanto o país cantava "Prá frente Brasil, noventa milhões em ação". Foi o ano dos slogans ufanísticos "Ninguém segura este país" e "Brasil, ame-o ou deixe-o". Aquele também foi o ano da Transamazônica, do milésimo gol de Pelé, do decreto das duzentas milhas e do lançamento do Mobarl. Isso muita gente deve lembrar, pois os jornais, televisão ou rádio não falavam em outra coisa.

Pouquíssima gente, porém, deve lembrar das ações de centenas de patriotas que naquele ano se lançavam abertamente contra o regime através de ações armadas. Em 1970, seqüestraram os embaixadores Ehrenfried Von Holleben, da República Federal Alemã (libertado em troca de 40 presos políticos) e Giovanni Enrico Bucher, da Suíça (libertado em troca de outros 70 presos), e mais o cônsul japonês Nobuo Okushi, trocado por 5 presos. Diversos aviões brasileiros de carreira, internacional e doméstica, foram desviados para Cuba. Quem lembra que naquele ano de 70, cerca de 20 pessoas foram assassinadas pelo regime? Ou que um poderoso esquema policial estava armado em todo o país para perseguir o ex-capitão Carlos Lamarca que treinava guerrilheiros no Vale do rio Ribeira, em São Paulo, e que finalmente foi morto em 1971, no interior da Bahia?

Pouca gente lembra. E desses, um número ainda menor saberia dizer com clareza o que pretendiam esses combatentes, aonde queriam chegar. O regime os apresentava perante a opinião pública como delinquentes e exigia que fossem denunciados. Milhares de cartazes foram espalhados pelo país com as fotos desses brasileiros e sob o título "procura-se: terroristas".

O termo "terroristas" até emplacou, como o regime queria e como se esses militantes fossem os responsáveis pelo terror imposto à nação após o golpe militar. As organizações armadas surgiram muito depois do regime já ter se transformado abertamente numa instituição terrorista e assassina, que atuava não somente contra essas organizações, mas contra as mais amplas camadas da população — artistas, intelectuais, operários, camponeses, democratas e liberais. As organizações armadas eram o bode expiatório para a violência do regime.

As provas disso são incontáveis. Basta dizer que, de acordo com os primeiros levantamentos feitos pelo CBA, 176 políticos foram assassinados de 64 para cá, enquanto outros 74 "desapareceram". Só no ano de

golpe — que se dizia, conduziria à democracia, o Brasil — 10 mil funcionários públicos foram demitidos e mais 50 mil pessoas colocadas sob investigação policial por motivos políticos (40 mil foram presas em poucas semanas). No mesmo ano, só em São Paulo, o DOPS recolheu quase 25 mil livros de 25 autores diferentes; 378 pessoas tiveram os direitos políticos cassados, incluindo 55 membros do Congresso e três ex-presidentes; fecharam e incendiaram a sede da UNE no Rio de Janeiro; jornais e revistas de oposição foram fechados. Enfim, de uma maneira drástica, entupiram os canais de participação para a maioria da população e institucionalizaram a violência. Um brevíssimo levantamento cronológico dos primeiros anos do regime militar serve para demonstrar isso mais claramente:

Um bode expiatório para a violência do regime militar

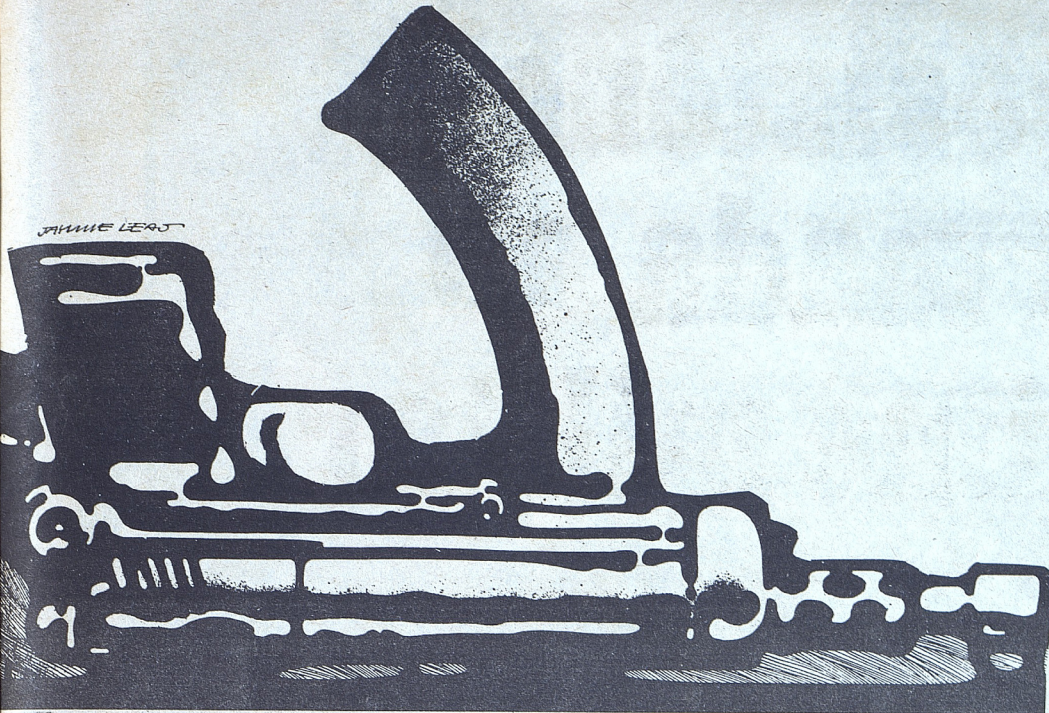
1965 — Os partidos são extintos, é editado o AI-2, o Marechal Castello Branco decide continuar no cargo de presidente.

1966 — O Congresso já "capenga", devido às cassações, é invadido pelo Exército, porque os deputados se recusavam a endossar novas cassações, permanecendo fechado por 30 dias. Na Guanabara, dois mil estudantes são espancados, presos e enfileirados num estádio de futebol. Em Salvador estudantes são agredidos com cassetetes e bombas de gás.

1967 — É criada a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional que dá ao presidente poderes ilimitados.

1968 — O estudante Edson Luís de Lima Souto é morto pela polícia; o ministro Gama e Silva proíbe manifestações de rua, autorizando oficialmente a repressão sistemática aos estudantes. É editado o AI-5 que renova o direito de cassações de mandatos legislativos e direitos políticos e deixa o país de fato sem Constituição (em certa altura o ato estabelece o seguinte: "Ficam excluídos de qualquer apreciação judicial todos os atos e efeitos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus atos complementares"). É suspenso o instituto do "habeas-corpus". O Congresso é novamente colocado em recesso por não permitir a cassação do deputado Márcio Moreira Alves.

1969 — É o ano das cassações em massa — numa só vez, em janeiro, Costa e Silva cassou 38 mandatos legislativos e suspendeu os direitos políticos de outros 31 políticos. Dois meses depois, cassa mais 95 parlamentares. É o ano do recrudescimento da censura que atinge níveis insuportáveis e obriga artistas e intelectuais a abandonarem o país, entre os quais Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque. É o ano do Decreto-Lei 477 que pune estudantes e professores, e do lançamento do ensino de Moral e Cívica. É ins-



titulada a pena de morte e decretado o AI-14, que estende esta pena e a de prisão perpétua aos acusados de terem praticado guerra psicológica adversa e guerra revolucionária ou subversiva, definidas na Lei de Segurança Nacional. E assassinado Carlos Marighella, líder da ALN.

1970 — O ano do ufanismo de Médici, do auge do Esquadrão da Morte, da extrema rigidez da censura e da repressão sem paralelo contra as organizações de esquerda. São assassinados nesse ano dois dos mais importantes líderes de organizações clandestinas: Mário Alves, do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, e Joaquim Câmara Ferreira, o "Toledo", que substituíra Carlos Marighella na direção da Ação Libertadora Nacional — ALN. Os dois foram presos e torturados até a morte.

1971 — O ano do milagre econômico, do arrocho salarial, da proibição de mais de 110 peças teatrais, de mais de 30 filmes e de 61 músicas.

Esse rastro de violência e obscurantismo não se apagaria nos anos seguintes, quando continuaram as perseguições a todos aqueles que se opuseram à ditadura e à sua política de arrocho salarial, de concentração da terra, de transformação do país numa verdadeira Meca para o capital internacional. No total quase cinco mil brasileiros foram cassados, 128 banidos do país, e mais de 500 mil pessoas processadas, iniciadas ou simplesmente presas depois de 64. É impossível hoje, calcular o número de trabalhadores demitidos sumariamente de seus empregos, dos intelectuais, artistas e jornalistas acusados de delitos de opinião; dos religiosos expulsos do país; de pessoas perseguidas por motivos ideológicos.

Como se fosse uma Meca para o capital internacional

Foi numa tentativa desesperada de fazer frente a esse regime de violência inaudita que várias organizações políticas fizeram opção de enfrentá-lo abertamente, através do que hoje se convencionou chamar "ações armadas".

Elas se desenvolveram principalmente a partir de 69, mas desde o golpe algumas organizações nacionalistas radicais fizeram tentativas nesse sentido. A primeira delas talvez tenha sido a do ex-coronel do Exército Jefferson Cardim Osório, que na madrugada do dia 26 de março de 1965, comandando um grupo de 21 homens, tomou de assalto a localidade de Três Passos, Rio Grande do Sul, na época com pouco mais de cinco mil habitantes. Semanas depois, os guerrilheiros foram presos no Paraná. Era um movimento surgido a partir de brizolistas exilados nos países sul-americanos e seu objetivo era promover uma revolução a partir da tomada de regiões no Sul do país.

Os grupos nacionalistas radicais fariam outras tentativas nesse sentido, entre as quais a mais conhecida foi a de organizar, através do Movimento Nacionalista Revolucionário — MNR — uma frente guerrilheira na Serra do Caparaó (na divisa de Minas com o Espírito Santo) em 1966 e 1967. Também fracassou. O jornalista Flávio Tavares, que participou do MNR, disse recentemente ao Cojornal de Porto Alegre: "Foram feitas várias tentativas, mas todas foram desativadas antes de chegar à fase de luta".

As organizações consideradas marxistas enveredaram por esse caminho principalmente a partir de 67 quando, durante as preparações para a realização de um novo congresso do Partido Comunista Brasileiro, surgem cisões entre os militantes, que divergem na avaliação das causas que levaram ao golpe de 64 e da estratégia a ser traçada em função da nova situação (essas divergências ficam claras no debate a seguir). Vários dissidentes aderem à idéia de que o regime só iria ser derrubado através da luta armada e que esta deveria ser desencadeada por ações ousadas de guerrilha — no campo ou na cidade — que por seu exemplo, apontariam ao povo o caminho da libertação.

Dessas dissidências do PCB surgem a Ação Libertadora Nacional, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

No PC do B, que já havia surgido de uma cisão anterior do PCB (e um dos pontos principais da discórdia era justamente saber se a revolução seguiria ou não o "caminho pacífico") também se manifestam dissidências que aderem à teoria do "foco guerrilheiro" e se organizam na "Ala Vermelha do PC do Brasil", em 1968; posteriormente, de uma cisão da Ala Vermelha surgiria o Movimento Revolucionário Tiradentes.

Da Política Operária — "Polop" — a menor das três principais organizações autodenominadas marxistas que existiam no início da década (ao lado do PCB e do PC do B), também surgem dissidências, como o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). A VPR ganha notoriedade quando em janeiro de 69 recebe a adesão do Capitão Carlos Lamarca que consegue deixar o seu quartel levando um carregamento de armas para a guerrilha. Mais tarde o Colina e a VPR se unem, formando a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Começam a surgir no país as ações armadas: invasões e tomadas de rádios para divulgação de manifestos, seqüestros políticos com o objetivo de libertar ativistas presos e assaltos a bancos e carros pagadores para o financiamento dessas e outras ações. Além disso, vários aviões foram seqüestrados.

O primeiro embaixador a ser seqüestrado foi Charles Burke Elbrick, dos Estados Unidos. No dia 4 de setembro de 69, quando retornava à embaixada

após o almoço, seu chofer foi obrigado a parar numa rua estreita onde um Volks aparentemente enguiçado bloqueava o caminho. Subitamente, quatro homens armados cercavam o carro e levaram Elbrick. Os homens eram do MR-8 que contava com a ajuda da ALN.

A soltura de Elbrick foi condicionada à libertação de 15 presos políticos e à leitura de um manifesto em todas as estações de rádio e TV que terminava com o seguinte aviso: "Queremos advertir a todos aqueles que torturam, espancam e matam os nossos companheiros que não permitiremos que isso continue. Este é nosso último aviso. De agora em diante será olho por olho, dente por dente".

O seqüestro durou três dias. Resultado: os presos foram soltos e banidos; Elbrick libertado e os seqüestradores presos.

Mais tarde vieram outros seqüestros, outras ações semelhantes. No dia primeiro de julho de 1970, quatro integrantes da ALN seqüestraram um avião da Cruzeiro do Sul que fazia a rota Rio-São Paulo-Buenos Aires obrigando-o a voltar para o Galeão. Exigiram também a soltura de 15 presos políticos em troca da vida dos 34 passageiros a bordo. No Rio a polícia reagiu: metralhou o trem de aterrissagem, cobriu o avião com fumaça química misturada com lama — também jogada para dentro do aparelho com uma mangueira e prendeu três seqüestradores. O outro, Eraldo Palha Freire, de 23 anos, que passara pelo aeroporto com uma pistola desmontada dentro do sapato, foi morto.

O líder do grupo, Colombo Vieira de Souza Júnior, na época com 19 anos, libertado recentemente, disse em uma entrevista também ao Cojornal: "Era um negócio terrível. Sabíamos de todas as quedas, mortes, assassinatos, mas na rua a massa comemorava a Copa, cantando aquela marchinha Prá frente Brasil, Brasil."

Das figuras que se destacaram nessas ações, a mais conhecida foi a de Carlos Marighella, ex-deputado baiano, membro da Constituinte de 46 e dissidente do PCB. Tornou-se uma figura quase lendária. Combativo, o líder da ALN se inspirava principalmente na experiência cubana e na resistência heróica do povo vietnamita; e criticava com insistência a direção do PCB, dizendo: "É evidente que a solução do problema brasileiro por uma via pacífica se distanciou enormemente da realidade depois do emprego da violência pelos inimigos do povo. A revolução cubana é um exemplo ilustrativo de que na América Latina — pelo menos em muitos países latino-americanos — nada há a esperar de uma via pacífica para a conquista da independência ou do progresso social".

A experiência de Cuba e a resistência do povo vietnamita

Marighella morreu em uma emboscada no centro de São Paulo no dia 4 de novembro de 69, sob fuzilaria de 40 policiais. Sozinho, não teve tempo sequer de abrir sua maleta onde levava uma arma.

Entre outras ações armadas se poderia destacar as seguintes: expropriações de armas no Hospital Militar do Cambuci, São Paulo, em julho de 68; carro-bomba contra o quartel general do II Exército em São Paulo, no mesmo mês; expropriação de dinamite e detonadores na pedreira Fortaleza em São Paulo, também no mesmo mês e ano. Em outubro, o justicamento do capitão do Exército norte-americano Charles Chandler, agente da CIA, em São Paulo. Em 1969, expropriação de mais de 2 milhões de dólares na residência de uma amante do ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros; seqüestro de Elbrick; fuga de 10 presos políticos da Penitenciária do Rio de Janeiro. Em 1970, seqüestro do Consulado japonês; tentativa de seqüestro do Consulado geral dos EUA em Porto Alegre; início da operação guerrilheira no Vale do Ribeira sob o comando de Lamarca; seqüestro do embaixador alemão; seqüestro do embaixador suíço.

É a partir de 1970 que a repressão consegue apri-morar o seu combate às organizações da guerrilha urbana brasileira, desmantelando-as quase que totalmente no final de 71.

Além dessas ações que se concentraram basicamente nas cidades, houve outra que é talvez a mais importante de todas, a Guerrilha do Araguaia, que durou de abril de 72 a janeiro de 75 (essa é a fase de luta, mas desde 66 havia militantes do PC do B na região do baixo Araguaia). Uma idéia do que foi o Araguaia é dada por um general que participou diretamente da ação repressiva àquela movimentação: "Foi o mais importante movimento armado rural já ocorrido no Brasil, principalmente por ter sido o mais organizado".



APOLONIO

Combatente na Espanha, na França, e no Brasil desde 1935



FRANKLIN

Ex-líder estudantil, participou de ações armadas



HERCULES

Ex-líder sindical, dado como morto em 1964



GENOÍNO

Gerrilheiro no Araguaia no início da década de 70



M.C. JESUS

Advogado sindical, defensor da não violência



PORTELA

Jornalista, autor de "Guerra de Guerrilhas no Brasil"

Os debatedores

Foi bom ou foi ruim militantes políticos brasileiros partirem para ações armadas contra o regime? Ou foi bom e ruim ao mesmo tempo? Ajudaram o povo brasileiro, ou ajudaram mais a ditadura?

Hoje, anos depois, questões como estas e muitas outra relacionadas com a luta armada ainda não foram satisfatoriamente respondidas e debatidas. Em grande parte porque nem havia condições para isto. Um exemplo é que dos seis convidados por Movimento, dois estavam até recentemente no exílio e um outro vivia no país, mas na clandestinidade.

Foi pensando em contribuir com este esforço de esclarecimento que Movimento organizou a mesa-redonda, convidando para dela participarem pessoas que de uma forma ou de outra vinham falando sobre o assunto, e que, pela variedade de suas informações, pudessem enriquecer o debate.

Os debatedores são:

Apolônio de Carvalho

Dissidente do PCB, foi o primeiro secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário PC-BR, criado em 1967. Dos exilados que retornaram ao Brasil, foi um dos que deram maior ênfase, na chegada, à questão da luta armada, procurando fazer uma análise o mais completa possível dos fatos e insistindo nessa necessidade. Apolônio participou também da rebelião deflagrada pela Aliança Nacional Libertadora em 1935, como oficial do Exército.

Expulso das Forças Armadas, foi preso e em junho de 1937, às vésperas do golpe do Estado Novo, conseguiu ir para a Europa, onde se alistou no Exército Republicano, durante a guerra civil espanhola. Com a vitória dos franquistas, refugiou-se em território fran-

cês, onde, depois de ter permanecido preso num campo de concentração integrou as tropas clandestinas da Resistência Francesa contra o nazismo, chegando ao grau de coronel às vésperas da vitória aliada. Foi condecorado pelo governo francês como Cavaleiro da Legião de Honra e com a Cruz de Guerra. Voltou ao Brasil em 1947, militando no PCB até 1967. Era secretário do PCBR quando foi preso, tendo sido mais tarde incluído na lista de brasileiros que deveriam ser trocados pelo embaixador alemão seqüestrado. Retornou recentemente do exílio.

Franklin de Sousa Martins

Participou do seqüestro do embaixador Charles B. Elbrick, em 1969, e de outras ações armadas, pertencendo ao MR-8, do qual chegou a fazer parte a nível de Comitê Central. Apesar de ter sido jogado para a clandestinidade em 1969, passou a maior parte do tempo no Brasil, vivendo no exílio apenas durante curtos períodos. Foi preso duas vezes, a primeira em Ibiúna, quando permaneceu dois meses na cadeia. A outra, após a anistia, quando reapareceu e ficou detido durante cinco horas. Foi presidente da União Metropolitana de Estudantes do Rio de Janeiro, e presidente do DCE da UFRJ.

Hércules Corrêa

Membro do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, retornou recentemente do exílio, instalando-se no Rio de Janeiro. Foi operário têxtil e deputado cassado do Estado da Guanabara, pela legenda do PTB. Em 1964 era um dos mais importantes dirigentes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), passando logo a seguir a ser um dos homens mais procurados pela polícia em todo o Brasil. Naquele mesmo ano chegou a ser dado como morto pelos órgãos de repressão, que distribuíram fotos de seu corpo boiando num rio. Apesar da perseguição, ele só deixou o país dez anos depois do golpe, vivendo na clandestinidade durante todo este período e mantendo atividades políticas. Fez várias declarações, recentemente, nos jornais, sobre a questão da luta armada, que considerava um meio complementar, mas nem sempre necessário na luta dos povos.

José Genoíno Neto

Professor de História, membro do CBA de São

Paulo, ex-guerrilheiro do Araguaia. De 1967 a 1968 foi presidente do DCE do Ceará; de 69 a 70, diretor da UNE, sendo preso no histórico Congresso de Ibiúna. A partir daí viveu na clandestinidade, chegando ao Araguaia em 1970, como militante do PC do B. Foi um dos primeiros a serem presos, em 1972, permanecendo durante 13 meses incomunicável; e acabou sendo julgado em 1975, sendo condenado por militância política ilegal e libertado em abril de 1977. Recentemente publicou um artigo em Movimento com uma avaliação crítica da guerrilha, tendo também dado um dos principais depoimentos no livro "Guerra de Guerrilhas no Brasil", de Fernando Portela. E um dos poucos sobreviventes daquela luta.

Márcio Carvalho de Jesus

Membro do Secretariado Nacional da Justiça e Não Violência, criado em São Paulo, sob inspiração do Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, com a colaboração de D. Helder Câmara. Atualmente trabalha como assessor jurídico da Frente Nacional do Trabalho, entidade para-sindical que ajudou a criar em 1960. Foi advogado dos metalúrgicos de São Paulo no início da década de 50, transferindo-se em dois anos para o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Cimento, Cal e Gessos de São Paulo, que congrega operários da Perus, "onde em 1958 ocorreu a primeira greve por método não violento, com duração de 46 dias", conforme suas palavras. Foi preso quatro vezes, depois de 64, pela polícia política, e indiciado na Lei de Segurança Nacional. Lançou recentemente o livro "A Força da Não Violência: a firmeza permanente", com prefácio de D. Arns.

Fernando Portela

Autor do livro "Guerra de Guerrilhas no Brasil", considerado o mais completo trabalho jornalístico sobre o fato. Repórter especial do Jornal da Tarde, Portela trabalhou intensamente durante dois meses em cima do assunto (apesar de ter iniciado seus contatos na área militar quase dois anos antes); e quando a série de reportagens foi publicada no Jornal da Tarde, de São Paulo, fez com que a tiragem do jornal aumentasse 90 mil exemplares. Pernambucano, anteriormente havia feito várias reportagens sobre as Ligas Camponesas de Julião, acompanhando as tomadas de engenho pelas Ligas. Além de repórter, dedica-se também à literatura.

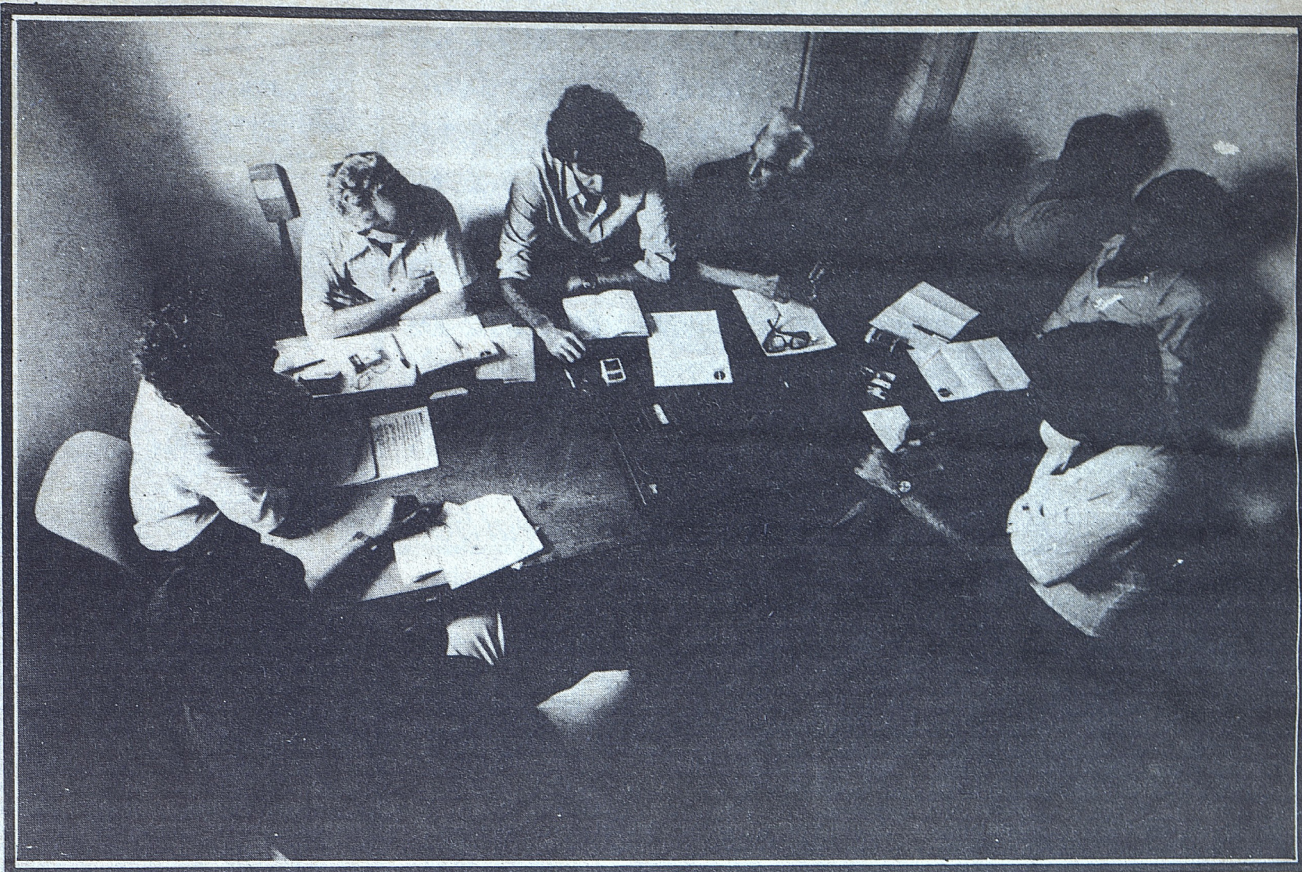
Conselho de Direção
 Agostinho Silva, Álvaro Antônio Casagrande, Antonio Carlos Ferreira, Antonio Carlos Moura, Antonio Neto, Armando Sartori, Benedito Centra, Chico Pinto, Cláudio Wilson, Eduardo W. Siqueira, Elton Andrade, Fernando Pinheiro, Flávio Carvalho, Jaime Leão, Jaime D'Almeida, Jar Basco, José Consistoso de Souza, Luiz Moura, Luiz Bernardes, Luiz Carlos Antonio, Márcio Ribeiro, Marcos Gomes, Manoel Amélia Telles, Manoel Nelson Pereira, Maria Leocádia, Maurício Azeite, Marco Carvalho, Paulo Barbosa, Ramonildo F. Pereira, Raimundo Teodoro de Oliveira, Renato Codonato, Samuel Rodrigues, Sonia Rodrigues, Tredomiro Braz

Diretor responsável
 Antonio Carlos Ferreira

Editor
 Raimundo Rodrigues Pereira

Publicação e uma publicação de Edição S/A
 Editora de Livros, Jornais e Revistas, Administração e Redação Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto 525, Pinheiros, São Paulo. Telefones: 210-6422 e 210-5724. São Horários: Av. Amazonas, 133 - sala 509 Ed. Codo Verde, tel. 224-7605. Brasília: Ed. Marçal sala 1007, tel. 223-7416. Rio de Janeiro: Rua da Lapa, 180, sala 606, tel. 222-6493. Salvador: Rua Cícero Moura, 16, tel. 245-2861. Recife: Av. Conde de São Fco, 250, sala 207. Bloco B, Ed. Pirapama, tel. 221-3728. Distribuição: Abril S/A Cultural e Industrial, Rua Emílio Godói 575, tel. 65-5115. Composto e impresso nas oficinas da Companhia Editora Jorvas, Rua Gaspar da Cunha, 49, São Paulo, Matriz Intercontinental do Variz.

Conselho Editorial de Movimento
 Menezes Fortado, André Foster, Aurélio Dantas, Chico Bourque de Hollanda, Fernando Henrique Cardeira, Orlando Vaz Boas, Normão Rocha Filho, (87/1912/2/6/1976)



Cinco horas de discussões na redação de Movimento

O debate

Coordenador: Roldão de Oliveira Fotos: Juca Martins/Agência F4

MOVIMENTO — Gostaríamos de começar o debate abrindo a palavra a todos os participantes para considerações iniciais sobre as causas que provocaram o surgimento da luta armada no país, no período recente da nossa história, mais precisamente após o golpe de 1964.

JOSÉ GENOINO NETO — Para entender o contexto em que surgiu a luta armada no Brasil, a partir de 1969, é preciso ir um pouco além. É preciso ter uma visão mais profunda do que foi o golpe de 1964, quando as classes dominantes alteraram as formas de dominação política, redefiniram classes representadas no Estado e anteciparam-se ao movimento de massas existente na época. Este movimento, por sua vez, marcado por uma perspectiva nacional-reformista, não teve condições subjetivas para atuar corretamente no momento de crise mais aguda.

Pois bem: com a crise delineada e diante do fato de que o movimento operário e popular não conseguia lhe dar uma resposta adequada, veio a contra-ofensiva da burguesia, associada ao capital internacional, juntamente com os grandes proprietários rurais, e tendo à frente as Forças Armadas. Apelaram para o golpe na defesa de seus interesses de classe. Golpearam profundamente o movimento popular e democrático, criando condições para viabilizar o processo acelerado de desenvolvimento capitalista.

O êxito das classes dominantes nessa empreitada serviu para aprofundar a crise de setores ponderáveis das forças populares, que se encontravam sob a perspectiva nacional-reformista, caracterizada pelo reboquismo do movimento operário à burguesia, pela ilusão em relação às Forças Armadas e pela ilusão quanto à possibilidade de conquistas de reformas sociais e econômicas pela via pacifista. Mas, por outro lado, com o golpe de 1964 aprofundaram-se as contradições de classe objetivas da sociedade brasileira; as formas ditatoriais de dominação acabaram ampliando o campo das forças oposicionistas, que discordavam da política econômica baseada no arrocho salarial e no favorecimento ao grande capital estrangeiro e nacional; e que discordavam da penetração do capital no campo — consolidando a grande propriedade e aprofundando ainda mais a exploração, a miséria e a opressão.

Ampliadas, as forças oposicionistas começaram a esboçar lentamente um movimento de resistência, que teve o seu pico em 1968 com um grande movimento de massas. Foi então que ocorreu o golpe dentro do golpe, de acordo com a firme decisão das classes dominantes de não permitir que o movimento de massas criasse obstáculos ao processo de crescimento econômico do país. Veio então o AI-5 e a violência, institucionalizada no poder desde o golpe, transformando-se na essência do sistema político de dominação de classes.

Foi assim, neste contexto, que forças organizadas da sociedade brasileira responderam à violência institucionalizada com a violência revolucionária, particularmente a partir de 1969. Esta violência revolucionária, quero frisar desde já, foi legítima. Foi o exercício do direito de se contrapor à violência do Estado. E, parcialmente, o recurso à violência foi também uma tentativa honesta, valiosa, salutar e louvável de se fazer uma autocrítica das causas que levaram à derrota do movimento de massas em 1964. Digo parcialmente porque as tentativas desenvolvidas no sentido de se resolver o problema da luta armada, nos planos teórico e prático, foram marcadas por erros. Não foi uma autocrítica profunda. Mas falaremos depois sobre isso. O importante agora era caracterizar o contexto em que surgiu a luta armada na história mais recente do Brasil.

APOLÔNIO DE CARVALHO — Penso que deveríamos ir um pouco mais longe ainda para entender essa violência. O golpe de 64 realmente agravou a situação do povo, mas a sociedade brasileira está marcada, desde antes do período republicano, por uma grande discriminação das forças populares. A classe operária, os trabalhadores da cidade e do campo, têm sido sistematicamente excluídos das liberdades democráticas, que já são muito limitadas em termos de conceito de democracia. Assim, a luta pelos direitos sociais e pelas liberdades políticas tem sido forçada a se orientar muitas vezes, quando setores avançados do povo tomam consciência de seus direitos, no sentido de uma resposta pela violência à violência institucionalizada através do poder do Estado.

Se analisarmos a Constituição de 1946 veremos que, ao mesmo tempo que proclama mil liberdades já

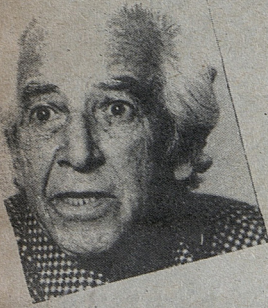
reconhecidas e que constituem um patrimônio geral dos povos ela submete a aplicação dessas conquistas à elaboração de leis complementares que estarão subordinadas à iniciativa de um parlamento inteiramente monopolizado pelas classes dominantes (esse parlamento inclusive adiou permanentemente a elaboração dessas leis complementares).

O golpe de 64 agravou essa situação, em função dos objetivos a que estava submetido e de uma filosofia de governo apoiada na doutrina de segurança nacional, que transfere o inimigo da pátria das fronteiras para o seio do povo, divide a família nacional e coloca uma parte considerável da população no Index de suspeitos por subversão.

Diante desse quadro é que eu concordo com o Genóino, quando ele defende a legitimidade da violência como resposta à violência institucionalizada. Penso que o recurso da luta armada não deve ser colocado como obra do desejo, do voluntarismo, digamos assim, de certos setores avançados da população. A origem desta violência está no próprio sistema estabelecido, no próprio tipo de relações entre o poder de Estado e a imensa maioria da população, com a eliminação de todos os elementos de confronto de opiniões, de crítica, de participação política e cultural.

FRANKLIN MARTINS — Creio que o surgimento da luta armada no Brasil, mais recentemente, se deve em primeiro lugar à instalação de um regime terrorista, sanguinário e selvagem, que bloqueou o processo de avanço das forças populares, abrindo um período extremamente negro na vida do povo brasileiro. Esse período se manifesta na perda de inúmeras conquistas da classe operária e do povo no esmagamento da cultura nacional, no atrelamento cada vez mais forte da economia brasileira aos grandes trustes imperialistas, na deterioração rápida e brutal das condições de vida da população, na intensificação da concentração da terra e submetimento das massas camponesas e dos proletários do campo aos grandes latifundiários e modernas empresas agrícolas, e na perda dos direitos políticos das massas populares. O regime precisava quebrar a espinha dorsal do povo para poder operar as transformações no plano da economia, exigidas pelo avanço do processo de monopolização.

“O problema fundamental da derrota em 1964 está na orientação traçada para a classe operária a partir dos anos 45, 46 e que tem como centro uma política de alianças orientada fundamentalmente para os setores liberais da burguesia, a chamada burguesia nacional”
Apolônio de Carvalho



Esse submetimento das camadas oprimidas da população constitui o caldo de cultivo que abre o campo para a luta armada. Porém, se nos limitarmos a apreciar essas causas objetivas, estaremos fazendo uma análise parcial. É necessário entrar na análise das causas subjetivas que levaram setores do movimento popular a desenvolver algo que não é propriamente uma luta armada, como teremos oportunidade de discutir depois (no Brasil ocorreram mais ações guerrilheiras, de fustigamento. Foram ações preliminares de um combate cuja expressão maior não aconteceu).

Creio que a causa de fundo que moveu esses grupos — e aí eu me incluo como militante político, porque participei disso —, foi basicamente o voluntarismo na apreciação das condições reais para o desenvolvimento daquele tipo de ação, ou seja: contamos mais com a nossa vontade do que com as condições de consciência e mobilização das massas populares, que são aquelas que podem sustentar qualquer tipo de luta política, seja por meios pacíficos, seja por meios militares.

Mas qual era a origem deste erro? Creio que essa incapacidade de perceber a realidade foi consequência também do comportamento das forças populares antes do golpe de 64, que, confiando na colaboração de setores das classes dominantes, não prepararam as massas para o inevitável embate que viria no seu processo de avanço. Todos temos lembrança do famoso dispositivo militar do general Assis Brasil (1). Acreditava-se que através desse tipo de colaboração fosse possível prosseguir e aprofundar esse processo de avanço das forças populares.

O movimento popular não sofreu apenas uma derrota a nível de perdas de direitos em 1964; houve também uma profunda desmoralização no plano político e ideológico. As massas populares podem perder batalhas, mas depende de como as perdem. Em 1964 perderam acreditando que se encontravam às portas do triunfo, sem estarem preparadas para a rebordosa.

Ao nível das causas subjetivas, portanto, o esquerdismo que predominou nos grupos políticos que se lançaram às ações guerrilheiras, a partir de 68-69, deve ser assinalado; mas também deve ficar demonstrada a desmoralização a que foi lançado o movimento popular em 64. Este último aspecto serviu como um terreno fértil para que surgissem os desvios.

MÁRIO CARVALHO DE JESUS — Aprendi que uma batalha que você perde é uma batalha que você pensa que perdeu. Realmente, uma avaliação sincera de qualquer ato praticado nos conduz ao aperfeiçoamento do trabalho.

Em primeiro lugar, gostaria de deixar claro que sigo a linha da não-violência, que não é a mesma coisa que passividade. No meio operário, onde atuamos, essa não-violência é chamada de firmeza permanente. Na França chamam de violência dos pacíficos. Insisto que não é passividade; e também concordo com o Gandhi quando dizia que se você não puder ser não-violento até o fim, então seja violento. O que você não pode ser é omissivo. O problema está em não querer ser paternalista e não fazer uma revolução transformadora pelo povo, mas sim com o povo. Quando Guevara entrou na Bolívia para libertá-la, o povo era submisso, não estava preparado. E o que adiantou o seu esforço? Foi uma generosidade, um gesto heróico, mas sem validade.

Se houve ou há razões para a luta armada? Houve e

há, não nego isso. Mas porque não usar armas diferentes? No caso do Brasil de hoje, por exemplo, o aperfeiçoamento da violência institucional cresceu geometricamente — hoje tudo realmente está na mão da repressão. Não só as armas visíveis, mas também as invisíveis, como os espões, os dedos-duros, a corrupção, os microfones... Como os oprimidos podem agir pela violência, com fronteiras controladas para a entrada de armas? Do ponto de vista pragmático seria realmente impossível querer insistir numa linha de revolução armada... A experiência demonstrou que não dava certo. Precisamos rever com clareza.

Se os grupos ideológicos tiverem a cabeça no lugar, não ficarem querendo um passar na frente do outro e o povo for preparado pelas bases, a gente ainda transforma essa democracia relativa em efetiva, com a partilha e a rotatividade do poder. Isso pode demorar alguns anos, mas nós temos que ensinar o povo que está aí, que quer saber do seu salário e não de questões ideológicas. Isso vem depois, virá. Mas é preciso amar esse povo e não somente odiar o repressor.

HERCULES CORREA — Em primeiro lugar acho que devemos fazer uma distinção entre a violência geral e a violência armada que houve no Brasil, num determinado processo ou momento político da vida do país. São duas coisas que ocorrem em planos diferentes.

Nosso povo tem enfrentado diuturnamente uma espécie de alternância entre regimes profundamente arbitrários e em determinados momentos até pró-fascistas, como foi o período do Estado Novo, com outros onde existem certas liberdades democráticas. Pelo menos a partir da República isso tem ocorrido a cada dez ou quinze anos. E quando não há essa alternância, nesse período de tempo, surgem tentativas de mudança das regras do jogo, como podemos verificar no período compreendido entre 1946 e 1964, por exemplo: houve uma tentativa de mudar as regras em 54; durante o governo Juscelino houve nova tentativa; e a renúncia do Jânio Quadros também tinha esse sentido, sem sucesso. Até que em 64 mudou.

Me parece que uma das pistas para entender as causas dessa alternância é o caráter profundamente reacionário das classes dominantes brasileiras e do Estado (uma das causas desse reacionarismo é que a sociedade capitalista no Brasil evolui do latifúndio — e o latifundiário no Brasil sempre foi prepotente ao extremo, desde o brutal senhor de escravos); e a própria estrutura econômica do país, altamente concentradora.

Outro aspecto do problema é o seguinte: se fizermos um estudo da estrutura de classes da sociedade brasileira, verificaremos que há entre elas distanciamentos brutais em todos os terrenos. Mas também veremos que dentro de cada classe existem importantes “quebras” de situação. Embora seja certo conceber a classe burguesa como uma unidade seria errôneo pensar que, para efeito de atuação política, ela é estruturada e que todos são iguaizinhos. E se nós pegarmos o proletariado veremos que a coisa também é muito complicada neste aspecto e está se agravando. Há setores do proletariado que têm diante dessa estrutura econômica situações completamente diferentes da de outros setores, e que às vezes até numa luta salarial não se afinam.

Bom, mas isso tudo que eu falei, determina o quê? Determina que a sociedade civil brasileira ainda seja fracamente organizada, o que permite às classes

dominantes manterem esse tipo de domínio que temos visto. Mais ainda: com essa sociedade civil fracamente organizada, podemos verificar, através da história e particularmente depois da República, a tendência das organizações políticas — revolucionárias, democrático-revolucionárias e marxistas — de substituir o povo nas realizações das reformulações sociais.

Examinemos, por exemplo, a Coluna Prestes (2). Foi isso ou não? E o agravante no caso daquela Coluna foi que o descontentamento estava nas cidades e a Coluna se internou pelo mato, na idéia talvez de que o campesinato da época fosse dar cobertura. Acontece que a situação dos camponeses era — como ainda é hoje — bastante precária (ainda não conseguiram sequer galgar o direito à escolaridade primária).

E o levante armado que ocorreu em 1935 (3)? Ele tem ou não essa característica? Se lermos os depoimentos de todos os que participaram daquele movimento verificaremos o seguinte: o levante foi feito, mas o povo não participou. Os participantes do levante não se interessaram em procurá-lo porque o quartel era mais fértil. O grupo resolveu assim substituir o povo, ao invés de reforçar, através da luta política, dos embates entre as classes, a sociedade civil, no sentido de sua organização.

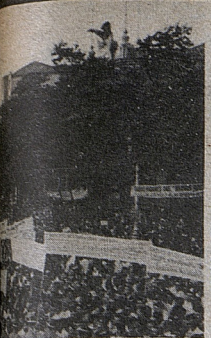
Vamos agora ver o que houve em 1964, que é o problema colocado aqui. A partir de 1962 todas as forças políticas se empolgaram com a vitória no plebiscito que revogou o parlamentarismo e devolveu plenos poderes ao presidente João Goulart. E, de um forma ou de outra, todos começamos a colocar na ordem do dia o seguinte: todas as transformações pelas quais lutávamos deveriam ser feitas no marco do governo João Goulart. Aí começou o erro, porque você não pode marcar prazo para as transformações sociais. Se marcar prazo começa a atropelar o processo.

Na prática acabou acontecendo o seguinte: o grau de organização do proletariado era um; e as tarefas que começamos a colocar na ordem do dia eram tremendamente superiores a essa organização. Todas as forças fizeram isso, particularmente o Brizola. O nível de organização não era suficiente para você chegar numa reunião popular e propor “reforma agrária na lei ou na marra”. Entretanto, todos nós radicalizávamos o processo de cima para baixo. Todos nós!

Eu pergunto o seguinte: em quem confiávamos? Estávamos radicalizando baseados na força organizada do proletariado, dos camponeses? Não. Todos nós sabíamos que estávamos fracamente organizados. Mas em quem confiávamos?

E aí que aparece o dispositivo do Assis Brasil, como o companheiro Franklin falou. Só que esse dispositivo era o menos importante. Aliás, tinha pouca expressão. Todo mundo tinha seu dispositivo militar! Todas as forças políticas confiavam no quartel! Brizola radicalizava confiando nos sargentos; nós do PCB radicalizávamos pensando na base militar que tínhamos. Talvez todos pensassem que o governo teria condições de resolver o problema do poder ou do governo para as forças democráticas e revolucionárias que existiam. Mas não era essa a finalidade do Jango e ele disse várias vezes em praça pública que pretendia desenvolver o capitalismo com liberdade, sem querer saber do socialismo. Ele sempre foi franco nesse ponto.

O que houve em 64 foi isso: a perspectiva de resolver o problema do poder político através da ação de



1964: o golpe

(contra o governo de Goulart
e contra a mobilização popular)

O início dos anos 60 foi marcado por manifestações populares, algumas promovidas pelo governo de João Goulart (foto pequena à esquerda), como o grande comício de 13 de março pelas reformas de base (voto acima à esquerda). A reação respondeu com um golpe militar (na foto maior à esquerda, dois de seus líderes: general Mourão Filho e Magalhães Pinto; na foto acima, Carlos Lacerda e forças golpistas no Rio). Depois, forte repressão se abateu sobre as forças democráticas e populares (acima à direita, Gregório Bezerra preso em 1964).

grupos, de parte do aparelho de Estado e, às vezes, até de um governo que provisoriamente tinha ligações com essas forças. Acho ainda que o surgimento da luta armada depois de 1964 ainda foi resultado dessa concepção errônea.

Vocês me permitam terminar essa primeira intervenção lembrando o seguinte: a força do movimento revolucionário está fundamentalmente na unidade e na organização das massas; e essa organização das massas não está como instrumento do aparato militar. Quando a massa tem unidade e organização, a solução complementar no campo militar — que não é obrigatória — vem naturalmente. E às vezes, havendo unidade e organização, em termos satisfatórios, é possível evitar a complementação militar.

FRANKLIN — Quereria fazer uma pergunta para o Hércules, já que ele entrou na questão do caminho. **MOVIMENTO** — Lógico. Mas como quase todos vocês acabaram fazendo colocações gerais sobre o assunto, gostaria que a rodada terminasse com o Fernando Portella.

FERNANDO PORTELLA — pouco antes do debate começar eu estava aqui conversando e dizendo que tenho uma tendência de ir muito mais pela observação do que pelo que eu penso. É uma tendência profissional. Não sou político e sim jornalista. E é sob este prisma que farei minhas observações.

Objetivamente esse país está dividido desde o descobrimento em três classes, ou três grupos: o povo, completamente abandonado; a classe dominante; e os candidatos à classe dominante. A luta armada, pelo que tenho visto andando por este Brasil — no Nordeste na época das Ligas Camponesas, na Amazônia mais recentemente e em outros lugares de que os jornais não falam —, essa luta já existe há muito tempo. E a luta espontânea do povo contra quem o oprime. Porém, a incompetência dos que estão no poder e dos candidatos ao poder nunca levou o povo a nada melhor, a nada além de escaramuças, lutas esparsas.

Essas lutas que temos visto são espontâneas, são a resposta à tirania e à situação medieval que existe no campo. E aí que entra outra questão importante: o campo é o cerne da coisa no Brasil, mas a tendência generalizada é trazer tudo para o "palácio". O que eu chamo de "palácio" é Rio, São Paulo, Brasília e proximidades, que se transformam no "centro" do Brasil — quando o Brasil está muito além disso.

O quadro para mim é este: enquanto o povo se põe a lutar armado, desde há muito tempo, e a classe dominante lhe dá todas as condições para se organizar, por incompetência, a outra classe, que abrange os órgãos políticos, a resistência, marxista ou não, é incompetente para fazer com que esse povo, pacificamente ou não, leve adiante seu movimento contra a classe dominante. E o que tenho observado: só existe incompetência, de todos os lados. Este é um país altamente incompetente.

Há muita insensibilidade da parte das forças chamadas progressistas — democráticas, marxistas, armadas ou não — em relação ao povo. Agora, por exemplo, está havendo um debate muito grande sobre os novos partidos. Mas se você fizer um inquérito na rua para saber do povo o que acha deste assunto, verá que ele não está nem sabendo disso. O problema concreto é o preço da carne. Aliás, acho que a carne já nem entra em cogitação de preços para muita gente. Mas é o aumento da gasolina, a inflação, o custo de vida, enfim, o que está acontecendo com ele.

Esse pessoal que aspira ao poder é muito teórico, muito centralizador e dispersivo, deixando o povo completamente abandonado. Acho que ocorreram poucas tentativas de se unir ao povo para, com ele, fazer alguma coisa. De um modo geral, enquanto a classe dominante continua medieval, continua oprimindo ainda mais o povo e dando todas as condições para haver uma reviravolta, a outra, que aspira ao poder, não está nem aí. Fica falando para uma platéia de líderes, ou de candidatos a líderes, que aplaudem muito o que dizem. Mas o povo está muito longe desta platéia.

Os dois lados são incompetentes. A diferença está no fato dessa classe dominante, por mais incompetente que seja, dispor de todas as armas como o Mário falou, incluindo os gravadores e os espões.

O básico para mim é isso. **FRANKLIN** — Eu volto então aquela pergunta que queria fazer para o Hércules. E a respeito de uma declaração sua, numa entrevista para o *Jornal do Brasil*, de que o Partido Comunista Brasileiro não mais colocaria o problema da luta armada, na medida em que a classe operária é contrária a esse tipo de ação, odeia a mortandade. Querida saber se você disse isso mesmo, se você fecha qualquer possibilidade nesse sentido.

HÉRCULES — Não abro nem fecho porque isso não depende de mim. A vida é que vai colocando os problemas, cabendo a você analisá-los e tomar decisões. Eu parto da realidade.

Em relação à entrevista, o jornalista me perguntou, no exílio, se voltando ao Brasil nós colocaríamos o problema da luta armada. Respondi: "Nesse instante jamais colocaremos". Mas o JB torceu meu pensamento.

GENOINO — Também queria interferir aí nesta questão do caminho que deve seguir o processo de transformação e falar mais sobre o problema da violência na sociedade brasileira.

Acho que a formação econômica e social brasileira tem uma característica marcante desde o período colonial: é a dominação de classe através da violência, fundamentalmente. Isso tem obrigado os oprimidos a recorrer à violência como forma de defesa, desde o período colonial, quando tivemos célebres lutas populares. Na nossa história predomina em larga escala o uso da força bruta dos dominantes para impor seus interesses.

Essa é a primeira questão: a violência está no miolo, na essência da dominação de classe da sociedade brasileira. Não é uma questão circunstancial, mas permanente. Todos os movimentos sociais, pacíficos ou não, têm se defrontado com essa violência.

A segunda questão é saber como o problema da violência foi resolvido pelas forças de vanguarda. E eu vou começar falando disto já discordando daquilo que o Portella colocou. Na verdade existem duas classes na sociedade brasileira: a classe dos exploradores e a classe dos explorados. Concordo que as tentativas de responder à violência têm sido marcadas por erros, tanto no caso da violência que parte das massas — o que foi Camudos? o que foi o Contestado? —, como também as experiências dos grupos — o caso dos 18 do Forte, da Coluna Prestes, do movimento de 1935 e a experiência mais recente, depois do golpe de 64 (4). Mas isso não implica a existência de três classes, mesmo porque a distinção fundamental é a seguinte:

de um lado estão os que detêm os meios de produção e do outro os que detêm apenas o seu trabalho e são explorados. Os grupos que recorreram às armas estavam ao lado dos explorados e oprimidos. Sempre estiveram deste lado, mesmo tendo cometido erros na forma de resolver a questão.

PORTELLA — Um desses erros foi estar muito longe dos oprimidos.

GENOINO — Não estavam longe do ponto de vista dos objetivos, mas na forma de tratar a luta. Veja bem: do ponto de vista revolucionário, que considero referencial, a luta armada é uma forma de luta de massas. Os grandes clássicos do pensamento social dizem mesmo que ela é uma imposição das classes dominantes, à qual os dominados recorrem para se libertar. Daí ser a violência uma parteira da história. É uma necessidade para se destruir a força brutal que o Estado usa contra os dominados. Essa é uma questão. Outra é a dos erros cometidos.

A história do pensamento revolucionário de 1945 a 1964, registra um certo vaivém, ora à direita numa política de colaboração de classes, ora à esquerda numa política isolacionista. Nos dois casos não se leva em conta a solução real colocada pelo movimento de massa. Em 1964 o erro foi o direito: fundamentalmente houve a ilusão de que a burguesia pudesse dirigir o processo de transformações, pudesse levar adiante aquelas reformas legítimas, que eram exigências das massas. Os setores de esquerda não acreditavam na possibilidade de qualquer saída terrorista para o bloco que vinha tramando o golpe desde 1947. Houve um erro de sentido direitista na avaliação da correlação de forças assim como se cometeu erro nessa avaliação, de sentido esquerdista, depois de 1964.

Resumindo: a crise da nossa sociedade não é fabricada por este ou aquele grupo, mas é inerente à nossa formação econômica e social. E o debate sobre a questão da violência tem dois ângulos: o aspecto objetivo da violência dentro da sociedade e o de como isso tem sido resolvido no plano subjetivo.

O tratamento errado da violência tem sido o reflexo de uma concepção global errônea sobre a composição de classes e a correlação de forças no país. Este erro se manifesta no voluntarismo: ou negando a violência e caindo para a direita, ou então apelando para a violência sem as massas e caindo para a esquerda. E o caso de dois extremos que se tocam, como dizia Lênin: o espontaneísmo de direita se toca com o voluntarismo de ultra-esquerda.

Não acho que o caminho da violência está na frente de tudo. O problema da violência deve ser conjugado com o desenvolvimento da crise política, com os reflexos dessa crise nas condições de vida econômica e social das massas, levando-se em conta ainda a necessidade imposta pelo processo real de mudanças de formas de luta — de lutas pacíficas para outras violentas, de estágios inferiores para estágios superiores. Esse é o papel da vanguarda.

O problema da violência não é ainda um problema só de método, só de formas. É de concepção. O correto é que a violência seja exercida pelo povo. E isso não é uma coisa do outro mundo, porque o povo já faz isso há muito tempo. Pelo contrário até: como conduzir o avanço organizativo das massas sem discutir essa questão, que está no seu dia-a-dia? O povo sente esse poder armado colocado contra ele. Numa greve, por exemplo, esse poder vem e mata um operário, interfere no sindicato, prende lideranças.... São coisas que

“Se diz que o endurecimento do regime em 1968 era inevitável; que o golpe de 1964 era inevitável... ora, se admitirmos a tese da inevitabilidade vamos chegar à conclusão de que hoje o retrocesso à direita é inevitável”
Hércules Corrêa



AGÊNCIA DE ESTADOS DE MINAS

todos vêm e a própria coletividade passa a perguntar: por que não se faz isso ou aquilo? Ou se dá um tratamento justo para o problema, ou acontece o espontaneísmo, facilmente derrotável.

Esses erros dos grupos que lutam ao lado do povo revelam certa incompetência, como diz o Fernando Portela. Mas eu discordo dele em relação à incompetência das classes dominantes, que têm demonstrado exatamente o contrário, procurando sempre se adiantar ao povo, ou apelando para a violência brutal ou chamando para a conciliação. Elas se adiantaram em 30 e 45 e estão tentando novamente agora. Vendo que não dá para solucionar a crise só através do terrorismo aberto e declarado, as classes dominantes hoje estão propondo a conciliação, a coalizão de classes. Isso não é incompetência. Pelo contrário.

PORTELA — Você acredita que o governo está sendo competente ao soltar um aumento tão grande no preço da gasolina, como fez recentemente, sem fazer a menor consulta, sem dar a mínima satisfação ao povo? Isso é competência?

GENOINO — Ele não tinha outra saída, objetivamente.

PORTELA — Se era assim, então por que não procurar envolver a população, dando-lhe maior satisfação?

GENOINO — Respondo com outra pergunta: enquanto o governo apela para o aumento do preço da gasolina e mergulha o país numa crise econômica, quais são as grandes manifestações que estão ocorrendo no país contra essa crise? Qual é a resposta que se está dando a ela? Veja bem: com o país mergulhado numa crise dessa, o governo ainda tem a ousadia de impor um projeto de reformulação partidária, porque está com a iniciativa nas mãos e a correlação de forças está do lado deles, em cima da nossa debilidade.

MOVIMENTO — Apesar do interesse que o debate da atual conjuntura provoca, acho que devemos voltar um pouco às questões que estávamos debatendo.

FRANKLIN — Nessa discussão sobre incompetência, queria dizer o seguinte: mesmo que tivéssemos sido competentíssimos, não teríamos feito a revolução, porque quem faz isso é o povo.

Concordo com o Genoino quando ele demonstra que as classes dominantes no Brasil já deram exemplos de sobra de como reagem ao avanço das forças populares. E bom que isso fique claro para mostrar que não somos amantes da violência, mas que somos, acima de tudo, amantes da liberdade. Se, para conquistarmos essa liberdade somos forçados a passar pela violência, temos obrigação de assumir isto.

Por outro lado, discordo daquela afirmação do Hércules de que se queria fazer todas as reformas até o final do governo do Jango, quando ele tratou dos erros cometidos naquela época. A meu ver o que houve foi o seguinte: confiou-se demais na solidez e na estabilidade da aliança com outras forças políticas, como os trabalhistas e setores da burguesia nacional. E foi isso que furou, pois, com o avanço da luta de classes, com o avanço das mobilizações populares nas cidades e no campo, atingindo inclusive os quartéis e apertando a hierarquia militar, os setores mais reacionários passaram à ofensiva. Esse foi o furo.

Outra questão levantada foi a diferença entre a violência e a luta armada. Acho que isto procede e queria fazer uma outra diferenciação, entre a própria violência e a luta militar. Não há a menor dúvida de que o nosso povo, para resistir ao esma-

gamento em que vive, apela para a violência armada. É um direito legítimo que ele tem. Apela lá no Sul do Pará, apela aqui no interior de São Paulo, e assim por diante. Essa é a violência que está presente na nossa história. Outra questão é a luta militar, um nível mais elevado da luta política, desenvolvida por meios militares, visando expressamente o aniquilamento de parte ou do todo da força militar do inimigo. Isso é a luta militar, que não tivemos no período de 68. Queríamos ter, mas não tivemos.

MOVIMENTO — Franklin, na sua colocação, você fala em Sul do Pará e interior de São Paulo; e outras vezes já se falou aqui da luta armada no campo — onde realmente a incidência da violência é maior que na cidade. A que se atribui essa maior violência no campo?

FRANKLIN — Acho que se apela mais para a violência no campo porque a concentração de força militar sobre os moradores interioranos é menor, dentro das possibilidades elementares de resistência. Apela-se também porque geralmente os participantes desse conflito são camponeses, têm, portanto, algo a perder. É diferente da situação na cidade, onde o cara sai de um emprego e vai para outro.

MÁRIO — Está correto. E há outra razão: na cidade existe a Justiça do Trabalho, apesar de seus erros e defeitos. Mas, no campo, como é que o camponês vai se defender? Vai confiar na Justiça? Ele pega o trabuco e se defende mesmo. É muito compreensível isto.

MOVIMENTO — Outra questão é a seguinte: já se falou aqui em diferentes tipos de erros, de visão errônea da sociedade etc. Alguém poderia dizer se há um tipo de erro que pode ser considerado comum a todas as organizações que recorreram à luta armada no período pós-64? Haveria um erro básico e comum a todas?

FRANKLIN — Acho que existe um erro comum e que é o principal, tanto na experiência da guerrilha urbana quanto da guerrilha no campo. É o seguinte: não se considerou que a passagem da luta política para a luta militar exige condições precisas ao nível da sociedade. É aquilo que os clássicos, especialmente Lênin, chamavam de crise revolucionária: uma situação social onde os de cima não podem mais dominar como estavam dominando e os de baixo não aceitam mais a dominação; uma situação de grande efervescência social e de grande participação política de amplas camadas da população. Essa crise pode ser longa ou curta, mas tem que ocorrer. No caso, por exemplo, da sociedade russa em 1917, era uma crise de curta duração, condensada num período de meses. No caso da sociedade chinesa foi uma crise de longa duração. Um dos trabalhos mais importantes de Mao Tsé Tung, no meu entender, é aquele onde explica “Porque pode haver um poder vermelho na China”. Ele analisa justamente porque a luta foi prolongada na China, ou seja: porque a China viveu uma situação revolucionária prolongada. Por quê? Pelo fato de ser uma sociedade dominada por quatro imperialismos sugando o país e disputando as diferentes camarilhas militares; a economia camponesa independente das diversas regiões; o caráter gelatinoso do Estado etc.

No nosso caso, quando partimos para as ações militares, não havíamos investigado quais as raízes e as características de uma crise revolucionária no Brasil. E se havia uma crise revolucionária naquele momento. Hoje é fácil dizer que não havia essa crise.

Mesmo porque uma crise revolucionária no país passa basicamente pela cidade. E aí voltamos ao que o Portela levantou, aquele negócio do “palácio”. O centro do país, a meu ver, é a fábrica, é a classe operária, é aquilo que está na cidade. Não desconheço de jeito nenhum o imenso potencial revolucionário que existe no campo, mas é a classe operária que pode organizar e dar direção a esse processo. O centro é a fábrica, a cidade.

PORTELA — Mas não se teve muita experiência, com o outro lado.

FRANKLIN — Poderia ter havido mais ou menos, mas esta não é a questão central. O que nós temos que procurar agarrar nesse aspecto do debate é o seguinte: qual é o ponto onde se articula uma crise revolucionária no país, a partir do qual devemos pensar na organização das forças populares? E atentar para um outro tipo de questão: sendo o centro nervoso das forças progressistas, a cidade também é o centro da reação. Na cidade está a cabeça da reação e a esperança fundamental da revolução. Diante disso, uma crise revolucionária no país, a meu ver, é necessariamente uma crise de curta duração, pois os dois pivôs, da reação e do progresso, estão obrigados, pelas próprias condições sociais da produção, a viverem juntos e se enfrentarem num embate no mesmo lugar, na mesma região.

Isto é de extrema importância para compreendermos que a luta militar não pode ser vista como uma coisa que “naturalmente aparece”. Não é uma tarefa atual a preparação disso, que fique claro, (hoje em dia a tarefa central consiste na organização e mobilização das amplas massas populares por meios fundamentalmente pacíficos). Mas a preparação política e ideológica em torno disso tem que ser feita permanentemente. Não é o negócio de “vamos ver, um dia, se aparecer, aí nós vamos fazer”. Se pensarmos assim, seremos pegos de calças curtas e podemos cair, novamente, com mais facilidade ainda.

MOVIMENTO — O caminho de uma transformação passa necessariamente pela violência?

FRANKLIN — Admito, no plano teórico, que em determinado país, com o avanço das forças populares, as classes dominantes, acossadas, cedam para não cair no suicídio. Admito isso, mas creio que não é esta possibilidade de que nos tem sido apresentada.

MÁRIO — Disseram uma frase que considero muito boa e que ajuda a responder à questão levantada agora. É a seguinte: quando não resta outro caminho, se vai à violência. O camponês para defender sua terra recorre à violência como legítima defesa, que o próprio Código Civil permite e ampara, pois muitas vezes os jagunços, unidos com a polícia impedem o exercício da própria lei. Mas é um grande caminho a percorrer. É uma escada. Nós, que defendemos a doutrina social, ecumênica e cristã, não somos contrários à violência — e há testemunhos concretos neste sentido — depois de esgotados todos os recursos. O que tem faltado é exatamente esse caminhar degrau por degrau. No caso de hoje, por exemplo, a formação do povo exige que ataquemos em questões como a do custo de vida, lei salarial, a questão da produtividade, a gasolina, a mudança da capital de São Paulo. Com esses casos concretos é que poderemos levar nossos irmãos, que estão lá em baixo, a perceberem que a questão não é só salário.

Quando estive com um grupo de seminaristas e sacerdotes em Roma, em 1971, fui bombardeado com

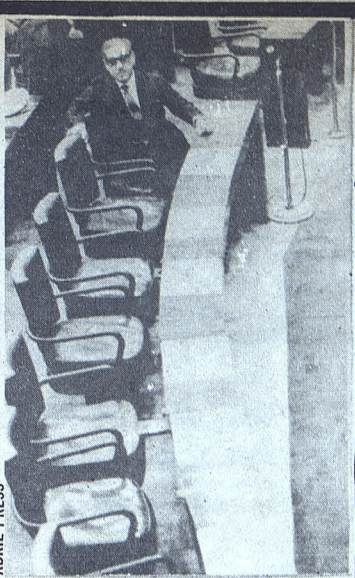
1968: o golpe dentro do golpe

(contra o crescimento da oposição legal ao regime)

Em 1968, cresce a oposição legal e pacífica ao regime militar. No Rio, é feita a famosa "Passeata dos 100 mil" (foto acima à esquerda). O protesto surge também nas artes (acima à direita, Geraldo Vandré num festival de 1968). E nas fábricas, aparece a inquietação (greve na Mannesmann, foto ao lado à esquerda). Os estudantes, num ano de muitas manifestações, por mais vagas nas escolas e por uma reforma universitária democrática, fazem o congresso da UNE em Ibiúna (SP); mas o congresso é cercado pelas forças de segurança (foto ao lado). No final do ano, Costa e Silva (à direita) edita o AI-5 e fecha o Congresso Nacional.



ABRIL PRESS



ABRIL PRESS

perguntas e opiniões sobre o Brasil. Diziam que tudo já havia se esgotado, que não havia mais nenhum recurso a não ser a violência. E eu perguntei: mas quem foi que disse a vocês? Qual foi o oráculo?

Acontece que as pessoas pegam pequeninas informações e "pumba" — as transformam em dogmas. Quem garantia que não havia mais recursos?

MOVIMENTO — No caso recente da Nicarágua havia mais recursos?

MÁRIO — Me parece que realmente não havia. Isso é possível dizer. É um fato concreto.

Eu e o grupo com o qual trabalho, que é muito eclético, sempre nos dispusemos a fazer tudo que é possível antes de recorrer à violência. Há o exemplo concreto da greve na fábrica de cimento "Perus", em São Paulo, da qual fui um dos dirigentes. A greve, que durou de 1962 a 1974, foi vitoriosa. Mas, numa certa altura do campeonato, começaram a surgir propostas como esta entre a gente: vamos partir para arrebentar a fábrica, acabar com tudo, matar o Abdalla? Mas imediatamente também perguntamos: será que já fizemos tudo? E logo percebemos que faltavam algumas coisas. E fomos por ali até o fim. É um pequenino exemplo, uma cobaiazinha no processo grande de ser elaborado, mas parece que esse sistema paulatino, gota a gota, acaba dando certo.

Falou-se aqui da importância de se conhecer a realidade. Eu queria lembrar que nas fábricas os empregados poderiam ser divididos em três categorias, que chamaremos de A, B e C. A primeira é constituída pelos "afilhados", os que vivem em volta do chefe. A categoria B é o que chamamos de "base", é o pessoal mais consciente. E o grupo C, que representa 80% ou 90% do todo, é um grupo disponível, quase "carneiro".

O grupo B, ou a base, representa somente 1 ou 2% do total, mas, na hora em que esse pequenino grupo começa a agir e levanta uma bandeira clara, aquele grosso, que parecia indiferente, começa a aderir. No princípio, um pouco sem saber, mas acaba aderindo. Portanto, o essencial pra mim é trabalhar com essa base, é engrossar o grupo B.

O nosso processo consiste em esgotar tudo, fazer o bolo crescer de tal forma que possamos confirmar a idéia de que um povo conscientizado, sabendo lutar, derruba a ditadura. É uma esperança. Historicamente, apenas na Índia se conseguiu, com uma preparação metodológica que talvez não tenha sido a melhor. No Brasil, há condições muito boas para se fazer um trabalho num linha libertadora de não-violência, por causa da índole do povo.

Vejam bem: esses exemplos de violência aqui apresentados, como Carudós, são todos casos de pessoas defendendo, aqui ou ali, uma mística religiosa, ou seu interesse particular, numa linha individualista e capitalista. Se ele ficar com a terra dele está bom! Ele não está pensando no problema das multinacionais, do capital internacional. E preciso distinguir uma violência para defender o próprio interesse e a violência para transformar a sociedade.

(Nesta altura do debate, Fernando Portella e Mário Carvalho tiveram que sair, devido a imprevistos, ligados a seus órgãos de trabalho).

APOLONIO — O debate proposto não se refere à questão da luta armada hoje. Mesmo porque está claro que a luta armada não está na ordem do dia. Esta discussão se apresenta como uma coisa extremamente normal e clara em função de vários fatores. Um deles é que estamos saindo de uma ditadura que fez tudo para

evitar o problema da luta armada e também sua discussão, fundamentalmente para marcar advertências e ameaças contra o movimento popular e o movimento democrático. Outro fator é a diversificação de correntes políticas no interior da esquerda, inclusive no interior das organizações. E, além disso, se a questão que está na ordem do dia é o problema da ampliação do espaço político das forças populares e o desdobramento da democracia dentro de uma nova dimensão social, o problema da violência realmente se coloca para ser estudado.

É um problema presente, conforme ficou demonstrado aqui quando se levantou a questão da violência do Estado. É uma violência utilizada contra a imensa maioria da população para manter uma democracia que na verdade é uma ditadura de classe, que limita profundamente o quadro das liberdades democráticas, que discrimina e que exclui politicamente a imensa maioria da população; e que ao mesmo tempo serve de instrumento de contenção da luta de classes.

Queríamos advertir que a análise de tudo que aconteceu tem que ser feita de maneira bastante ampla, ou então não faremos uma análise de esquerda. Mas abriremos um flanco para uma análise de direita.

Já se falou aqui rapidamente no movimento de 35, mas eu vou retomar a questão porque penso que ela deve ser aprofundada. Eu participei daquele movimento. Participei do trabalho pacífico e legal empreendido pela Aliança Nacional Libertadora. Estava no Rio Grande do Sul, trabalhando com os operários, com as camadas médias e assalariados urbanos, e com um mínimo de ligação com o campo. Participei desse esforço de mobilização popular que tinha uma imensa receptividade por parte de amplas camadas.

Não era um movimento que visasse à transformação da sociedade diretamente no sentido do socialismo. Era um programa ainda profundamente possível nos quadros do regime burguês estabelecido. Nesse ponto, inclusive, queria lembrar que a violência do Estado está intimamente ligada à intolerância das classes dominantes e sua profunda intransigência contra toda tentativa de conquista de um mínimo de liberdades e direitos da imensa maioria. Essa questão tem que estar presente de corpo inteiro no debate, para não ficarmos numa análise que parte de posições de direita, antipopulares.

Aconteceu que o poder cortou toda possibilidade de atividade da vanguarda, que havia nascido da massa e foi jogada na ilegalidade. E houve uma repressão muito violenta contra todas as forças participantes. Um programa tão simples e tão justo, tão marcado pelas aspirações populares foi jogado de lado; e o povo ficou impossibilitado de participar, de ter o seu lugar no confronto de mensagens. E esse quadro de violência e intransigência, em 1935, que marca muito nitidamente a legitimidade do recurso à violência. A maneira como ele se processou é outra questão.

Para analisarmos o rumo que as coisas tomaram, precisamos analisar também a orientação que a vanguarda no momento trazia ao movimento. E aí não podemos mais discutir só 1935. A análise crítica e autocrítica dessa orientação deve se estender para os anos 40, para os anos 50 e 60. Porque, quando se diz que o fundamental é a unidade e a organização das grandes massas, se diz uma verdade. Mas essa unidade, essa mobilização popular tem que ter uma orientação justa. Que linha política se traz a essas massas mobilizadas e organizadas para se oporem à

ditadura de classe? E aí chegamos a 64.

Seria muito fácil, mas seria unilateral ficar no plano da análise dos erros cometidos pelas forças que se opuseram ao regime militar e que utilizaram como recurso o enfrentamento direto, sem analisar também as condições que levaram à vitória fácil do bloco militar e à profunda omissão da classe operária e do conjunto das forças populares face aquele conflito.

Eu tenho uma opinião muito diversa da opinião do nosso companheiro Hércules. Para mim o problema fundamental da derrota em 1964 está na orientação traçada para a classe operária a partir dos anos 45, 46 e que tem como centro uma política de alianças orientadas fundamentalmente para os setores liberais da burguesia, a chamada burguesia nacional. Essa orientação colocou a classe operária numa situação onde não dispunha de um sistema de forças a seu lado, capaz de assegurar a independência de suas posições.

Dizendo isto, eu também estou fazendo a minha autocrítica, porque até 67 eu participei do PCB.

O movimento de 64 não teve — e este é um testemunho pessoal porque eu participei também diretamente desses momentos —, não teve como elemento essencial, como dizem os companheiros do PCB em geral, e como o Hércules disse em particular, não teve como centro uma efusão e uma influência determinante das forças de esquerda. A raiz de tudo está no abandono de uma política independente da classe operária, e a dependência à política e à orientação submetida à burguesia.

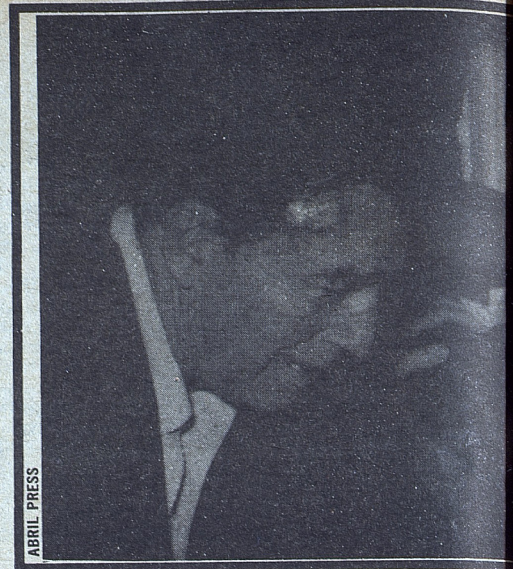
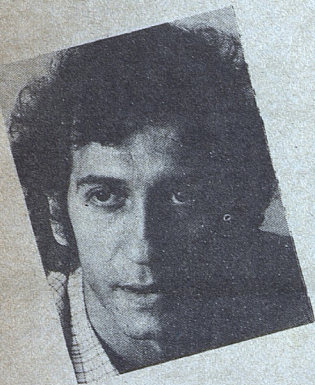
HERCULES — Eu gostaria de lembrar ao Apolônio, que participou de todo esse processo, que a orientação não determinava isso que ele está falando. E nem tampouco o movimento operário foi subordinado à burguesia liberal, ou qualquer outro tipo de burguesia. Foi o contrário: o movimento operário foi adquirindo independência. Na prática, o movimento operário foi independente, naquela época, em relação às classes dominantes, e foi isso que as assustou. Mas era isso que a orientação mandava fazer.

APOLONIO — Mesmo respeitando o testemunho do Hércules, friso que a orientação dada pela direção do PCB não só foi imobilista, como ainda desarmava a classe operária e as forças populares que estavam ao lado dela, tanto material como política e ideologicamente. Essa dependência em relação à burguesia liberal, se exprimiria claramente na absoluta omissão da organização partidária e de seus militantes face à ameaça do golpe militar e à confiança ilimitada no dispositivo militar. A classe operária não foi chamada a participar da resistência. Absolutamente. A direção, em vez de organizar essa resistência, fazia constantes chamamentos para que tivéssemos confiança no dispositivo militar do governo e nas medidas que ele tomava.

Se não situarmos isto, continuaremos a focalizar o problema de 1964 com deslocamento de responsabilidades. Nos critérios políticos é que está a origem da omissão da classe operária e das forças populares. A análise dessas responsabilidades é necessária porque, em primeiro lugar, a autocrítica é a primeira mostra de seriedade e responsabilidade de uma organização, particularmente daquela que se pretende representante da classe operária; e em segundo lugar, porque há uma profunda dívida para com o nosso povo que precisa ficar clara.

A análise de 1935 não pode ficar isolada da análise de

“Quando partimos para as ações militares, não havíamos investigado se havia uma crise revolucionária naquele momento (...) Mas, os companheiros que participaram das ações armadas serão reivindicados como heróis da classe operária e do povo”
Franklin Martins



ABRIL PRESS

1964, nem dos erros que surgem depois de 1964. Devem situar-se numa reavaliação crítica que tome como fio condutor o processo de formação de uma vanguarda política da classe operária, armada com sua ciência social e aproximada da realidade brasileira. Essa é uma análise absolutamente necessária.

Nessa crise da vanguarda está também a origem de uma parte sensível das responsabilidades pelos erros cometidos no que se refere ao que mais tarde, depois de 68/69, se chamaria de enfrentamento militar. Isto porque não se preparou uma experiência política em função da realidade nacional, em função da violência do poder de Estado, da necessidade de se conhecer todas as formas de luta (para servir-se delas conforme as diferentes conjunturas e necessidades).

Os que seguiram o caminho militar — e eu me incluo aí — achavam que ele era legítimo, que havia condições de levá-lo adiante e que falavam em nome do povo e da classe operária. Partíamos de uma avaliação errônea da correlação de forças real, do nível de consciência das massas populares. Era errada a idéia de que, iniciando a luta, haveria condições de mobilização da imensa maioria da população, contra a qual se jogava toda a política e todo o arcabouço do aparelho de Estado.

Essa análise errônea não foi fruto só de uma visão voluntarista — porque não tinha em conta a realidade objetiva — mas se deve também ao imediatismo. Havia uma grande vontade de enfrentar e modificar a dureza e o drama em que se encontrava nosso povo, mas, como a apreciação da realidade não era correta, chegou-se a uma situação em que as vanguardas tentavam substituir a grande massa.

Há ainda um outro elemento que deve ser levado em conta neste quadro geral. É uma falsa visão do que são as leis da luta de classe, as leis do movimento social. Em vez de basear-se na lei geral da tática das lutas populares, que assinala que as massas só participam efetivamente e de maneira consciente das lutas se passam diretamente por uma experiência política concreta, as forças que fizeram o enfrentamento se anteciparam ao processo de acumulação de forças e de experiência política, acreditando que seu exemplo contagiaria as forças populares. Se isso pode ter efeitos sobre elementos mais avançados, sobre setores reduzidos da classe operária, dos camponeses, dos assalariados urbanos e das camadas médias da população, é errôneo e não tem reflexos no que se refere à grande massa, porque foge a uma visão científica do processo da prática social.

Mas ainda aí — e o Hércules me permita, porque ainda estou falando como quem faz uma autocrítica — ainda aí penso que essas debilidades, essa ausência do domínio da ciência social, é em grande parte responsabilidade da orientação do PCB. A sua direção desenvolveu uma atuação, a partir fundamentalmente de 45 e 46, dentro de uma política que não tem como eixo principal a luta de classes do proletariado, através de uma política independente, com seus meios próprios, a caminho de suas alianças fundamentais. Não preparamos os quadros de militantes para o desdobramento da luta de classes com bases científicas e segundo a realidade nacional. Assumimos em 1964 uma política revisionista que punha à margem do processo da prática social os interesses e os objetivos fundamentais da classe operária. Esse ano marca uma crise muito séria no “revisionismo caboclo”, que é como podemos chamá-lo dentro do quadro do re-

visionismo internacional.

Estive no Rio de Janeiro desde o dia 1º de abril e senti a perplexidade dos operários, senti a perplexidade dos camponeses, mesmo daqueles que queriam resistir através de ações armadas, como em Caxias e suas imediações. E senti a grande confusão em que se encontravam também os militantes, que não tinham sido preparados.

É preciso reconhecer os erros dessa aventura e seus efeitos; é preciso reconhecer a responsabilidade da vanguarda — e a única vanguarda existente no nosso país durante 40 anos foi o PCB.

MOVIMENTO — Apolônio, e em relação àquela questão sobre o erro principal e comum às organizações que foram para a luta armada? O que você diz?

APOLÔNIO — O erro principal foi que, mesmo pensando representar os interesses da classe operária e das massas populares, nós nos afastamos deles, que não tinham condições de participar. Pensando participar da luta de classes, nos afastamos das leis dessa luta, em particular das leis gerais sobre a tática das massas revolucionárias.

MOVIMENTO — Qual a imagem que todo esse movimento armado pós-64 deixou em relação ao povo? Ruim ou boa?

APOLÔNIO — A ditadura erigiu um muro entre as forças de vanguarda e o povo com uma propaganda terrível e mistificadora. Isolou em parte o conhecimento das grandes massas sobre quais eram os objetivos, as razões dessa luta. Por seu lado, as forças de vanguarda não dispunham de meios para chegar a essas massas — estavam isoladas e marginalizadas. Esse é um primeiro aspecto.

No entanto, onde o aspecto claramente político das ações estava flagrante, como no caso dos sequestros de diplomatas, havia tacitamente um apoio da população. Tacitamente. Havia uma solidariedade potencial que as condições impostas pela ditadura não permitiam aparecer. Mas que refletiam o inconformismo diante da situação, refletiam o entusiasmo diante da coragem de fazer frente a um adversário tão solidamente ancorado no domínio do poder de Estado e seu aparelho policial-militar.

A imagem, portanto, era de solidariedade potencial, mas dentro de um quadro de desconhecimento absoluto das razões dessa ação. Mesmo porque a maioria das ações ainda se situava no plano da infraestrutura — que é a busca de armamentos, de dinheiro nos bancos etc.

Mais tarde, o processo de amadurecimento da crise política do regime militar vai deixar claro para uma parcela considerável do nosso povo que os elementos fundamentais de sua ação de massas já estavam entre os objetivos das organizações que fizeram o enfrentamento direto com a ditadura. Prova disso é a própria luta de nosso povo já canalizada para entidades voltadas para o combate ao arbítrio no plano político; e para a mobilização de forças no quadro de uma anistia ampla, geral e irrestrita. Essa mobilização do povo é que nos vai permitir voltar, sair das prisões, romper o muro do exílio e participar da luta com ele. Embora continue com uma visão ainda tênue e muitas vezes divergente do que foi feito, o sentimento de solidariedade e de apoio do povo estão presentes. E, depois de termos sofrido diretamente a pressão do arbítrio, voltamos ao convívio popular e à participação nas lutas.

FRANKLIN — No fundamental eu concordo com o que

o Apolônio falou em relação à imagem que essas ações armadas deixaram no povo. Havia difusamente uma simpatia das camadas populares, mas que foi bloqueada. Isso não é fortuito: era impossível de se desenvolver algo mais concreto naquelas circunstâncias, que não correspondiam à experiência de luta das massas. Além disso, acho que a ditadura levantou uma barreira de calúnias sobre o conjunto desses agrupamentos, que perdurou durante certo tempo, graças a uma máquina infernal de propaganda.

No entanto, não tenho a menor dúvida de que o conjunto de companheiros que participaram daquelas ações armadas, tanto no campo — e aí eu cito especialmente a guerrilha do Araguaia —, como na cidade, não tenho a menor dúvida de que, com o correr da luta popular, serão reivindicados como heróis da luta da classe operária e do povo brasileiro; os companheiros tombados serão assumidos pelo povo como seus filhos que tombaram na luta contra seus inimigos e serão honrados através dos tempos.

Creio que a história já nos mostrou muitas vezes que os revolucionários cometeram equívocos, tombaram em função dos equívocos e, inclusive, esses equívocos contribuíram muitas vezes para enfraquecer momentaneamente as forças populares. A classe operária e o povo, porém, sabem perfeitamente distinguir entre aqueles que, equivocadamente ou não, tombaram em defesa de seus interesses e aqueles que cometeram aventuras no sentido de desorganizar a classe operária, e que na verdade se situavam do outro lado.

GENÓINO — Acho que as forças revolucionárias do Brasil contribuíram na luta contra a ditadura. Pagaram um preço caríssimo, e foram derrotadas, mas contribuíram. E essa imagem que, paulatinamente, na medida em que avança a luta política no país, vai sendo colocada para o povo. Está começando a predominar uma imagem de admiração por aqueles que se contrapuseram ao regime, mesmo com erros, mesmo com atitudes isolacionistas.

Essas ações ocorreram na época do famoso “sufoco”, que todo mundo sentiu; então, quando alguém tinha a disposição, a coragem e a bravura, era motivo de orgulho do povo brasileiro. Isso é evidentemente saudável, mas também não podemos por causa disso ficar escondendo os nossos erros.

HERCULES — Quando há um conflito entre o bandido — o regime — e o mocinho — as forças que queriam combatê-lo —, a população normalmente fica ao lado do mocinho. Mas fica na expectativa, na simpatia, se perguntando como ele vai conseguir resolver o novo impasse, o novo problema que surge. Não houve simpatia, portanto, aquela forma específica de luta. Seria equivocado acreditar — como foi dito aqui — que a massa passa a admirar. Mas admirar o quê? A quem? A massa admira e respeita todas as pessoas que foram brutalmente reprimidas, perseguidas, indistintamente. Não existe nenhuma simpatia à forma de luta.

MOVIMENTO — Ainda em termos de saída: alguns políticos têm dito que a luta armada contribuiu mais para o enrijecimento do regime do que para sua abertura. Você concorda Hércules? Foi mais positiva ou mais negativa?

HERCULES — A luta a que estamos nos referindo, se não determinou o enrijecimento do regime, serviu de pretexto para ele se justificar. É preciso ter clareza sobre isso ou cometeremos novos equívocos de ficar



ABRIL PRESS



ABRIL PRESS



A guerrilha urbana

(Surgem a ALN, a VPR, o PCBR, o MR-8; os seqüestros, as desapropriações)

Os seqüestros foram as ações armadas mais conhecidas da guerrilha urbana. Em 1969, foi seqüestrado o embaixador dos EUA no Brasil, Charles Elbrick (foto à esquerda). Com essa ação, foram libertados 15 presos políticos (foto no centro acima). Com o seqüestro do embaixador suíço, foram libertados 70 presos, que se exilaram no Chile (foto do centro abaixo). Muitas foram as organizações políticas que passaram a se opor ao regime através da luta armada nas cidades: o PCBR, o MR-8, a VPR, a ALN. Os principais líderes desta última foram Marighella e Câmara Ferreira (fotos da direita, acima e abaixo, respectivamente).

com aquela velha história: foi uma derrota, mas foi uma vitória.

A luta armada permitiu ao regime coesionar forças, que, em outras circunstâncias, não se agrupariam. Ela dificultou o processo de organização da massa, na medida em que permitiu ao regime se justificar perante a opinião pública, espalhando a repressão. O objetivo principal do regime era manter a classe operária sob seu cerco, para que não lutasse, pois sabia que dela viria tudo que era necessário para o processo de acumulação capitalista. Então, tudo aquilo que justificasse uma repressão generalizada funcionou a favor do regime para manter a classe operária coagida durante maior tempo. Ele poderia ter mantido essa coação por um período de tempo menor se não tivesse uma justificativa.

O saldo também é negativo porque esta luta armada permitiu a liquidação — pelo menos em termos de justificativa — de um número muito grande de quadros da revolução. Aniquilamento físico e político (o número de pessoas aniquiladas politicamente é incalculável). Por isso tudo é que digo que essa luta armada foi negativa.

APOLONIO — Mesmo sem o movimento de enfrentamento armado à ditadura militar, esboçado em 68/69, haveria o enrijecimento do regime e o desdobramento da plataforma econômica estabelecida a partir de 64. Isso porque o golpe de 64 obedece a objetivos que se desenharam desde 20 anos antes, numa crise política profunda que marca o nosso país e que já foi recordada aqui.

Isso não significa que a luta armada não tenha facilitado o esforço do enrijecimento da ditadura militar, que não tenha contribuído para assustar setores das classes dominantes. Não significa também que, para uma parte do nosso povo, que não compreendia seus objetivos, tenha representado um elemento de atenuação de suas perspectivas, porque essas forças e organizações não lhe traziam outras perspectivas.

Esses elementos existiram, mas não foram decisivos no desdobramento da ditadura militar.

Em 1937 também se disse que o movimento armado (1935) teria sido o elemento decisivo no surgimento do golpe e no desenvolvimento do Estado Novo. Porém, há leis gerais do desenvolvimento social que estão claramente presentes na ocasião, particularmente alguns elementos ligados à estratégia do capital internacional, que demonstrou que isso não é verdade. O imperialismo tem sabido criar condições para amenizar os efeitos de suas crises cíclicas. Não é uma coisa típica dos anos 30, mas vem desde o final do século passado, quando um grande período de crises econômicas dá nascimento à era do domínio dos grandes monopólios. A grande crise de 1929 a 33 desdobrou um outro elemento de amenização: o recurso ao capitalismo monopolista de Estado. A partir de 30 — trago isso como elemento de debate — é que se esboçam os elementos que conduzirão ao fortalecimento do aparelho de Estado, a uma nova qualidade no papel que ele desempenhara nos planos políticos e social; passa a ser o catalisador dos interesses da classe dominante e ao mesmo tempo, o orientador dos aspectos positivos e negativos que incidem em função das crises. Então 1937 representa um elemento muito importante para essa nova configuração do Estado, sobretudo porque ela se desenha sob elementos de nacionalismo face às investidas dos monopólios estrangeiros, ajudando o surto de uma burguesia na-

cional e mais armada de poderes e capitais (sem contudo eliminar as pressões das multinacionais, que durante a guerra e sobretudo após ela, vão multiplicar sua influência na economia e na política do país).

FRANKLIN — Creio que não é correto dizer que as ações armadas conduziram a um fortalecimento do regime. O próprio AI-5, que do ponto de vista simbólico representa o acontecimento do golpe dentro do golpe, precede à eclosão da maioria das ações armadas.

APOLONIO — Nesse sentido, lembro que já em junho de 68, o general Médici, chefiando o SNI, propunha algo semelhante ao AI-5.

FRANKLIN — O processo de golpe dentro do golpe, de endurecimento do regime, não vem como uma resposta às ações armadas, mas em função, em primeiro lugar, de uma retomada das lutas populares, naquela ocasião. Vem também para garantir a subordinação dos setores dominantes descontentes que apoiaram o golpe de 64, acreditando que teriam o melhor quinhão dentro da situação, e que passavam a uma oposição política cada vez mais declarada, embora se manifestasse através de formas extremamente tímidas. Há uma frase do Jarbas Passarinho, dita em Contagem, naquela época, que eu acho que expressa o pensamento da burguesia no momento. Ele disse que havia uma oposição política ao governo e uma oposição ideológica. Ele se referia de um lado à oposição política do setor descontente da classe dominante; e de outro, à oposição ideológica vinda do povo. Dizia: "Não podemos deixar que essas duas posições se unam". Isso explica porque o processo do AI-5 não vem em função das ações armadas.

— No entanto, sob outro aspecto, as ações armadas permitiram o fortalecimento do regime na medida em que não contribuíram para a organização e elevação da consciência das massas populares. Isso é um saldo negativo claro daquele processo.

MOVIMENTO — Se pegarmos a história das organizações que recorreram à luta armada no período pós 68, veremos que todas foram desarticuladas, desmanteladas. A que atribuir isso?

APOLONIO — Em primeiro lugar, é preciso dizer que os núcleos de organizações que avançam para a luta armada — e que a fazem naturalmente em proporções diferentes — não saem de uma única fonte. Uma parte considerável saiu do PCB, que já estava marcado pela ampla crise do "revisionismo caboclo". Outra parte saiu de outras entidades, como a Polop, a AP (5). Outra parte sai diretamente do movimento estudantil. Outra parte de organizações diversas, inclusive militares.

Por outro lado, as dificuldades de articulação dessas forças foram muito grandes, num país de dimensões continentais e sob uma repressão tão forte. Mas o elemento fundamental foi que esses núcleos não se apoiavam numa base social definida, porque estavam afastados da classe operária e das massas camponesas. Depois do que aconteceu em Ibiúta, em 1968, se afastaram também da grande massa estudantil. Esse é o elemento essencial para explicar as dificuldades de articulação.

FRANKLIN — Eu não concordo com a pergunta, porque nem todos grupos foram desarticulados. Alguns continuam existindo, apesar de terem sofrido golpes tremendos. Cito o caso do Movimento Revolucionário 8 de Outubro e o Partido Comunista do Brasil, presentes

hoje na organização da luta da classe operária e do povo brasileiro.

Mas eu desdubro a pergunta numa outra: por que foram profundamente golpeados? E por que foram até desarticulados? No fundamental porque ficaram órfãos do povo.

Vamos deixar claro que o erro desses grupos não foi defender a luta armada, mas pretender fazê-la sem o povo. Era um momento de refluxo do movimento popular, que exigia uma ação de organização de resistência ao avanço do regime militar e não uma ação visando golpeá-lo e derrubá-lo naquele momento.

GENOINO — Gostaria de me deter um pouco mais nessa avaliação, começando pela questão do método de crítica e autocrítica, que está sujeita a dois tipos de equívocos. Um dos equívocos é fazer uma autocrítica unilateral dessa luta armada, negando os aspectos positivos que devem ser resgatados da experiência; e o outro é o medo de fazer essa autocrítica de forma profunda e científica, ficando apenas numa defesa geral, moralista. Fazer a análise correta, tirando da experiência todos os ensinamentos positivos e negativos, é a maneira mais conseqüente de homenagear os heróis do povo que tombaram nessa luta.

Acho que essa resistência brotou num quadro de aguçamento das contradições da sociedade brasileira. Foi uma resistência legítima à ditadura, uma demonstração do heroísmo e da disposição de centenas de companheiros que tombaram nessa luta, que foram presos. No meio daquela crise, que era também uma crise de perspectivas, eles tentaram responder aos impasses colocados, de uma forma ou de outra (já no movimento estudantil, em 1968, muitos haviam vivido essa crise, não sabendo responder, em termos políticos e de organização, às necessidades novas que surgiram naquele processo de endurecimento). Esses são aspectos positivos dessa resistência — que não favoreceu, no essencial, o aumento da repressão. O endurecimento era uma necessidade mais profunda do próprio sistema de dominação de classes no Brasil, como já foi dito.

Prosseguindo agora na discussão dos erros, acho que em 68 não soubemos dar uma resposta correta para a nova situação política, que era de refluxo e de contra-ofensiva das classes dominantes. Do nosso lado, não vimos que era um momento de acumulação de forças e recuo organizado para evitar as grandes perdas. Na nossa análise da correlação de forças, concluímos que era um momento de ascenso revolucionário, que o negócio era quebrar a camisa-de-força imposta pelo AI-5. Dizia-se até que a repressão — cada vez maior nas greves e passeatas — era uma prova de fraqueza da classe dominante (quando na verdade, se ela apelava para a repressão naquele momento, é porque tinha condições para isso).

Cometemos aí o erro fundamental, que foi identificar o desencadeamento da revolução como uma expressão da vontade, como um processo conspirativo. A análise voluntarista e conspirativa — não levando em conta a real correlação de forças e o nível de disposição da massa — fez com que a revolução fosse interpretada não pelas suas leis sociais, concretas, mas como um ato de vontade. E a maneira de expressar essa vontade foi o desencadeamento da luta armada. Esse erro, que podemos chamar de "voluntarismo", deu desdobramento a uma série de outros.

No caso específico do Araguaia, tivemos um tra-

“No caso do Araguaia, subestimamos o papel da classe operária, um elemento revolucionário presente na sociedade desde o processo de industrialização do país. No entanto, a questão do poder da classe operária não será resolvida sem a aliança com o campesinato”

José Genoíno Neto



balho mais longo de vivência junto à população, pesquisando a região e tentando elaborar um programa que interpretasse os anseios daquele povo. Mas, como falei num artigo publicado no próprio Movimento, o erro estava na concepção do tratamento da luta armada. Calmos em dois erros já demonstrados de forma muito cristalina por Lênin, quando tratou da questão das formas de luta. Diz ele que a vanguarda não cria ou inventa uma forma de luta. Inserida na luta das massas, essa vanguarda deve ir organizando e sistematizando as experiências e os avanços e, no momento adequado, responder à questão da forma de luta.

Outro desvio da luta armada foi não ter analisado corretamente onde estavam concentradas as forças principais, qual era o elemento mais avançado da sociedade. No caso do Araguaia, subestimamos o papel da classe operária, um elemento revolucionário que se encontrava na sociedade brasileira desde o processo de industrialização do país. A verdade é que a classe operária foi durante muito tempo — concordo com o Apolônio — colocada a reboque de uma política de aliança, que prejudicava sua independência, sua formação político-ideológica. Mais tarde, foi colocada à margem do processo político, por não sabermos trabalhar naquelas condições da época. Mesmo considerando o potencial político representado pelas massas camponesas e os trabalhadores do campo, sabemos que a força de vanguarda está na classe operária. É importante selar essa unidade entre operários e camponeses. De um lado, os choques que presenciamos no campo jamais poderão ser resolvidos apenas com a organização dos camponeses — precisamos contar também com a organização da classe operária. E, do outro lado, a questão do poder para a classe operária não será resolvida se não estiver ao lado de seus aliados principais, que não são evidentemente a burguesia ou setores liberais da burguesia, mas o campesinato, principalmente aquele localizado em regiões onde o processo de penetração do capital tem sido mais avançado.

Esses erros todos, como foi dito, têm um fio condutor. E me parece também que esse fio é o problema da direção política, é o problema da vanguarda. Acredito nisso porque o que ocorreu não foi apenas uma derrota de tática, mas uma derrota da concepção do trabalho a ser feito tanto no campo como na cidade. Ou vamos a esse eixo, que é o central, ou nunca sairemos da superfície. Tratar deste erro não é negar a luta armada ou sua importância. Devemos ter como exemplo a seriedade e até a severidade de Marx e Lênin quando analisaram as causas da derrota do movimento operário — o primeiro, quando tratou da Comuna de Paris e o segundo, quando analisou a derrota do movimento de 1905 na Rússia (6).

Fico abismado com algumas coisas que aconteciam naquele período de “sufoco”. Não se podia, por exemplo, falar em recuo — parecia que quem falava nisso estava abdicando da luta revolucionária, que se compreendia somente como “pegar em armas”. É claro que por trás disso há toda uma série de preconceitos, baixo nível teórico dos militantes, a sua origem de classe e as conseqüentes conotações ideológicas.

Não há dúvida de que a causa maior da desarticulação — algumas organizações foram extintas e outras sobreviveram com pesadas perdas — foi essa concepção errônea no plano da estratégia e da tática. É claro que seríamos derrotados naquela situação. E

foi uma derrota profunda, que repercute até hoje, pois a ditadura, ao mesmo tempo que sofreu um grande desgasto no plano político ao nos combater, isolando-se, também marcou tentos. Afinal derrotou as experiências de resistência e ficou com campo para tomar iniciativas, inclusive para capitanear esse processo de transição de um regime abertamente terrorista para um regime autoritário e com certa legitimidade representativa e constitucional.

Insisto, finalmente, que os erros do passado não devem ser vistos como causa de desprestígio para quem lutou ou como algo religioso. São lições que devem nos preocupar e devem estar coladas à nossa participação no movimento político. **HERCULES** — Realmente, como disse o Franklin, nem todas as organizações foram desarticuladas. Mas, se tomarmos como verídicas todas aquelas siglas que surgiram, a maioria foi desarticulada. A organização do Marighella (7), por exemplo, que apresentou a luta armada de forma mais frontal que todas, foi desarticulada. E não podia ser de outra maneira porque não apresentou nenhuma intermediação.

MOVIMENTO — O que seriam essas intermediações? **HERCULES** — Em certos momentos, algumas organizações que haviam optado pela luta armada passaram a admitir a participação no movimento de massas, pregando até mesmo voto branco nas eleições; começaram a desenvolver alguma movimentação em direção à massa, saindo do círculo fechado. Isso deve ter impedido o seu aniquilamento total. Quem não fez isso foi desarticulado.

Eu discordo do Genoíno quando diz que todas as propostas foram derrotadas. Com o meu partido não aconteceu isso. Se hoje estamos fazendo esse debate aqui no jornal, é exatamente porque essa proposta emplacou e foi vitoriosa.

MOVIMENTO — E qual era essa proposta?

HERCULES — Defendemos que a luta tinha que ser de massa e não armada. Tinha que ser de unidade, com a participação da classe operária e da massa trabalhadora. E que nas circunstâncias de então, o canal que se apresentava para a massa que se exteriorizava, era o processo eleitoral. Chamavam isso de reformismo, mas essa proposta acabou prevalecendo.

Também não concordo com o Genoíno quando diz que todos foram reprimidos e sofreram baixas pela mesma causa, ou seja, pela inviabilidade de suas propostas. No nosso caso não houve isso. Nossos companheiros foram seqüestrados, aniquilados e quebrados nas prisões depois da grande derrota do regime nas eleições de 1974. Foi em cima disso que eles tentaram nos arrasar. Tanto é que no caso de outras organizações eles tentam se explicar perante a opinião pública dizendo que mataram e reprimiram porque seus inimigos estavam apelando para o confronto armado. Mas no nosso caso eles não têm explicações.

MOVIMENTO — Mas a repressão ocorreu bem antes disso...

HERCULES — A repressão existiu desde 64. Mas os seqüestros e aniquilamentos vieram depois. Em 1964 o regime concentrou-se em cima das lideranças de massa, que caçava como o cão caça o gato. Em 66 começou a vir para cima de nós, tentando basicamente arrebanhar o jornal *Voz Operária*, que era o elemento de ligação do partido com o militante. Até que em 1975 conseguiram localizar as gráficas do partido. Mas veja foi depois da derrota eleitoral de 74 que fez isso,

baseando-se em informações que já tinha desde antes.

Há uma outra coisa dita aqui que me deixou preocupado. É a idéia da inevitabilidade no processo político. Se diz que o endurecimento do regime em 1968 era inevitável; que o golpe de 1964 era inevitável... Ora, se adotarmos a tese da inevitabilidade vamos chegar à conclusão de que hoje o retrocesso à direita é inevitável. Porque também estamos vivendo um impasse econômico violento, como em 64, e uma grave crise social, como em 68. Será inevitável o retrocesso? Acho que não. Ele só será possível se cometermos os mesmos erros do passado, se não tivermos inteligência suficiente para articular uma proposta unitária em torno das coisas que dão consenso. A esquerda no Brasil tem essa capacidade? Me parece que não. Parece que cada organização quer provar, a cada momento, que é dona da verdade.

MOVIMENTO — Mas unir em torno do que?

HERCULES — Podemos discutir. Mas devíamos ver essencialmente como contribuir na união da classe operária, nacionalmente, para derrubar a política salarial que está aí. É isto que a massa está vivendo hoje. Em 1968, apesar da repressão medonha, estavam ocorrendo grandes demonstrações de massa em torno de questões deste tipo.

MOVIMENTO — E por que não continuaram?

HERCULES — Porque se abriu um outro processo a partir desse momento. Começavam ali o “milagre econômico”, o processo da guerrilha urbana e o ascenso do regime, simultaneamente. Do ponto de vista do “milagre” não se exigiria tanta repressão, porque boa parte da população o recebeu bem. Mas os três movimentos eram coincidentes, assim como terminaram juntos.

GENOÍNO — Em relação ao que o Hércules disse sobre perseguição ao seu partido após 1974, queria dizer algumas coisas. Acho que os prejuízos causados pela repressão não ocorrem só pelo fato de ela existir. Mas também pela tática política e pela maneira de a gente se organizar. Não estamos com pretensão de analisar o comportamento específico desse ou daquele partido, mas veja bem: se as eleições de 74 representaram uma grande derrota para o regime, e se depois veio uma repressão violenta, causando prejuízos sérios, e porque havia algum erro na maneira de enfrentar a questão.

HERCULES — Não concordo com você. De acordo com as regras do jogo político, era o que eles tinham a fazer no momento. Era um risco para nós.

GENOÍNO Você pode ter táticas para evitar certas coisas.

HERCULES — Não, não... O confronto de classes naquele momento...

APOLÔNIO — O Genoíno ainda não terminou o seu aparte. Devia terminar.

HERCULES — Está bem. Não concordo com a afirmação, mas o aparte está dado.

GENOÍNO — Pelo seu raciocínio, quem pegou em armas tomou uma atitude errada; mas, por outro lado, como você mesmo disse, quem não pegou também foi preso e desarticulado. Portanto esse raciocínio não resolve nosso problema. Quem não pegou em armas e sofreu grandes prejuízos com a repressão é porque não levou em conta que após uma derrota daquelas para o regime viria a resposta e que ela causaria prejuízos graves. Era um risco, como disse; mas no jogo político você pode ter riscos maiores ou menores, dependendo do seu comportamento político.

HERCULES — Terminou?



AGÊNCIA JB



S. TOMAZINI

CLAUDIO

A guerrilha rural

(Lamarca sai da cidade; o PC do B luta no Araguaia)

Carlos Lamarca, líder da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), fez treinamentos guerrilheiros no Vale do Ribeira - SP, sendo cercado por tropas do Exército (foto à esquerda). Depois, Lamarca foi para o sertão baiano, onde acabou sendo morto (foto acima). Na serra do Caparaó - ES, uma tentativa guerrilheira fracassou em 1967 e seus integrantes foram presos (foto acima à direita). No Araguaia, a maior e mais organizada tentativa de implantação da luta armada no campo — à direita, a região da luta e seu líder, João Amazonas

GENOINO — Não. Quero falar também da inevitabilidade. O que eu levantei foi que existem condições históricas determinadas. Não é a inevitabilidade no sentido de "tem que endurecer vai endurecer", mas o seguinte: dadas determinadas condições objetivas e o comportamento subjetivo que se teve diante delas, o endurecimento se torna viável para as classes dominantes. Em 64, por exemplo, podia haver outra tática para evitar o golpe. Como em 68 poderia ter sido feito um movimento de resistência de massa ao AI-5 (aí coloco outro erro e faço autocrítica: foi a maneira como nos comportamos no processo eleitoral, defendendo o voto nulo, quando, diante do ascenso de massa, deveríamos ter participado através de organizações legais, votando nos candidatos mais avançados do MDB). No processo de cassação de Márcio Moreira Alves havia condições, se não fosse o sectarismo existente, de se criar uma resistência civil. Não seríamos vitoriosos, mas criaríamos condições para que o estrago fosse menor. Terminei.

HERCULES — Ainda sobre a inevitabilidade, posso citar informações que ajudarão. Por exemplo: no dia 9 de fevereiro de 1964, o senhor Magalhães Pinto procurou o CGT (8) e disse que o golpe de Estado estava pronto para ser dado, que seria assim e assado. Diante disto, ele fazia a seguinte proposta: o CGT deveria se pronunciar pedindo convocação das eleições. Era a única saída. Perguntamos por que e a resposta foi mais ou menos assim: "Porque o Jango não quer convocar as eleições; o que ele pretende é reformar a Constituição para continuar no poder. Se não conseguir ficar, vai beneficiar o Brizola. Como não há no parlamento condições para esta reforma, a solução que o Jango vai adotar é mobilizar os militares para um golpe, resolvendo o problema à sua moda. Golpe por golpe, daremos o nosso. Mas se vocês botarem a campanha eleitoral na rua, cada um sai com seu candidato e quem ganhar leva".

Essa foi a proposta dele, que na época não foi muito considerada porque ele estava brigando com o Lacerda dentro da UDN; e o Lacerda era justamente quem defendia o golpe contra Jango.

Mais tarde, no dia 17 de março, o Juscelino nos procurou para dizer que o golpe vinha mesmo, que já estava inclusive montado. E para evitá-lo só havia uma solução: botar a campanha eleitoral na rua. Repetiu a mesma história do Magalhães. Perguntei novamente qual era a razão da proposta. Disse que, se a campanha saísse, toda a área militar se dividiria em tantos grupos quanto fosse o número de candidatos, porque cada grupo iria querer um ministro seu. Ou seja: isso dividiria os militares. E o Juscelino foi adiante nas propostas: deveríamos apoiar a sua candidatura; em troca ele lutaria para que o PSD apoiasse o nome de Miguel Arraes como vice na mesma chapa.

A proposta não foi aceita por ninguém. Afinal o Brizola era candidato à presidência, assim como o Arraes, que não queria ser vice de ninguém. E então veio o 1º de abril.

Veja que até o último instante havia um jogo, uma negociação. Castelo Branco mais tarde confirmou que, quando o Mourão Filho saiu com a tropa, ele mandou segurar porque seria preferível negociar, pelo menos com o CGT, do que botar a tropa na rua. Veja bem: no terreno político havia possibilidade de encaminhar a coisa de forma diferente.

Outro exemplo foi o Congresso da UNE, em 1968.

Naquela época tínhamos uma porção de aliados que estavam na periferia do governo Abreu Sodré, através dos quais encaminhamos uma sondagem para saber se o Congresso seria possível. De acordo com o governador, o Congresso poderia ser feito no CRUSP (na Cidade Universitária de São Paulo), desde que não houvesse nenhuma passeata. Mas o Congresso poderia ser feito inclusive com eleição para a nova presidência, sem nenhuma repressão. Essa proposta foi encaminhada, mas acediram recusá-la e fazer o Congresso em Ibiúna, onde realmente houve uma passeata: a dos estudantes presos, nos ônibus, em direção ao Presídio Tiradentes. Na hora que apresentamos a proposta, fomos chamados de "reformistas" e "conciliadores" mas tínhamos claro que o grande problema na época era conseguir realizar o Congresso e reafirmar a UNE, uma entidade de massa.

Vamos agora dizer que o que aconteceu em Ibiúna era inevitável? Sou testemunha de que aquilo poderia ter sido evitado. Da mesma forma sou testemunha de que as graves consequências da greve de Osasco naquele mesmo ano também poderiam ter sido evitadas. Por fim gostaria de dizer o seguinte: meu companheiro Apolônio insistiu muito na afirmação de que os erros todos ocorreram porque o PCB tinha uma orientação baseada na aliança com os liberais. Convidaria o Apolônio e todos vocês para lerem todos os documentos do PCB, desde que ele existe. Não há nada disso escrito. Pelo contrário — num certo momento havia uma linha que defendia o esfolamento e a matança da burguesia. As coisas continuaram do mesmo jeito porque o problema não era esse, lógico. Portanto, nos documentos não há nada disso de que o Apolônio fala.

Mas por outro lado, existe o problema das lideranças que, na aplicação dessas orientações, sempre procuraram substituir a massa na luta política. Todas as autocríticas e críticas no PCB são feitas em função do fato de não se ter aplicado a linha adotada (aliás, não há organização que tenha mais autocrítica no papel do que o PCB).

Finalmente eu queria dizer que a autocrítica é muito importante, mas também não se deve repetir o erro.

GENOINO — Agora que o debate está encerrando, eu queria agradecer a oportunidade de ter participado e também ressaltar o papel extremamente positivo do jornal ao tomar iniciativas desse tipo, tratando das questões de fundo do movimento oposicionista no Brasil. Este debate aberto está reafirmando a coerência do jornal no papel de servir à oposição brasileira.

NOTAS DA REDAÇÃO

- (1) O general Argemiro Assis Brasil foi chefe da Casa Militar do Governo de João Goulart. O chamado "dispositivo militar" de defesa da Presidência seria um grupo de generais "legalistas" que garantiria o governo Goulart contra tentativas golpistas.
- (2) Coluna Prestes é o nome dado a um movimento rebelde tenentista que percorreu o interior do Brasil de 1924 a 1927. Liderada pelos tenentes Luiz Carlos Prestes e Miguel Costa, a coluna, integrada por civis e militares, lutou contra o governo de Arthur Bernardes. Após dois anos e meio de marchas e lutas, os remanescentes da coluna internaram-se na Bolívia.
- (3) O levante de 1935 foi dirigido pela Aliança Nacional Libertadora e pelo Partido Comunista. Ocorreu

nos dias 23, 24 e 26 de novembro de 1935 em Natal, Recife e Rio de Janeiro, respectivamente, e teve como base, principalmente, os quartéis militares. O programa que guiou os revoltosos exigia, entre outras coisas, o cancelamento da dívida externa, a nacionalização das empresas imperialistas, a entrega dos latifúndios aos camponeses, a vigência plena da liberdade, e era sintetizado na palavra de ordem "Pão, Terra e Liberdade".

(4) Movimento de caráter messiânico, liderado por Antônio Conselheiro, a revolta de Canudos levou milhares de nordestinos famintos a se levantar em armas contra o poder da República, durante o governo de Prudente de Morais. Durou de 1893, quando Conselheiro funda o arraial de Canudos, até 1897, quando, após três investidas fracassadas, as forças do exército, comandadas pelo próprio ministro da Guerra, general Carlos Bittencourt, conseguem derrotar os revoltosos, arrasando o arraial de Canudos.

A revolta camponesa do Contestado se deu numa região de divisa do Paraná com Santa Catarina. Ocorrido entre 1912 e 1916, o movimento foi ocasionado pela expulsão dos camponeses de suas terras por uma empresa americana construtora da ferrovia São Paulo — Rio Grande. Assim como Canudos, a revolta do Contestado adquiriu um caráter messiânico, devido à liderança do "monge" João Maria. A revolta foi brutalmente esmagada por tropas do exército comandadas pelo general Setembrino de Carvalho, futuro ministro da Guerra.

O episódio, conhecido pelo nome Os 18 do Forte foi a primeira revolta tenentista e iniciou-se com uma rebelião no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1922. Com o ataque ao forte por parte das forças governistas, alguns oficiais saíram para lutar na praia de Copacabana. A maioria deles morreu, sobrevivendo somente os tenentes Eduardo Gomes e Siqueira Campos.

(5) Polop: sigla da organização "Política Operária", formada antes de 1964. Da Polop surgiram outras organizações, como o Comando de Libertação Nacional (Colina), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Partido Operário Comunista (POC).

AP: sigla da Ação Popular, organização de origem católica formada antes de 1964, que adere posteriormente ao marxismo-leninismo. Em 1972 sofre uma cisão, parte dos militantes ingressando no PC do B.

(6) Considerada por Karl Marx como a primeira revolução proletária do mundo, a Comuna de Paris foi instalada a partir de uma revolta deflagrada em 18 de março de 1871, quando operários e artesãos parisienses ocuparam o poder durante 72 dias.

A Revolução de 1905 foi a primeira tentativa revolucionária de tomada do poder na Rússia. Apesar de esmagada pelo czarismo, os bolcheviques, mais tarde, entenderam o episódio como o "ensaio geral" da revolução de 1917. E nessa experiência que surgem os soviets que reaparecem à época da revolução de fevereiro de 1917.

(7) Expulso do Comitê Central do PCB em 1967, Carlos Marighella foi o fundador da Ação Libertadora Nacional (ALN).

(8) O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), criado em setembro de 1962 foi uma central sindical nacional. Sob orientação de correntes operárias ligadas ao PCB, o CGT liderou várias greves. Com a vitória dos golpistas de 1964 o CGT foi destruído e seus líderes presos ou exilados.

Quatro séculos de luta e resistência

A história das lutas sociais no Brasil demonstram de forma inequívoca a falsidade das teses que atribuem ao povo brasileiro uma "indole pacífica". Como todos os povos, de todos os lugares do mundo, o povo brasileiro defendeu-se, muitas vezes de armas na mão, contra a opressão. A seguir, um levantamento sumário das lutas mais importantes, desde a resistência dos índios à conquista portuguesa e dos negros à escravidão, até o levante armado promovido em 1935 pela Aliança Nacional Libertadora, que marca a primeira tentativa da classe operária tomar o poder em nosso país

José Carlos Ruy

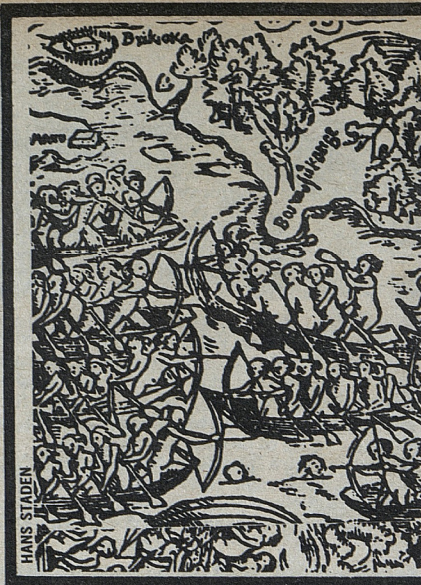
Tamoios e Xavante

A conquista portuguesa do Brasil enfrentou poderosa e decidida resistência armada por parte dos primitivos ocupantes da terra, cujos pontos mais altos foram a "Confederação dos Tamoios" (de 1554-55 a 1567) e a "Guerra dos Bárbaros" (de 1683 a 1710), dos índios Janduí, no Rio Grande do Norte. Ao lado dessas grandes insurreições indígenas, ocorreram ações menores, constantes em toda a história do Brasil. Nas primeiras décadas do século XX, os Xavante tornaram-se célebres por sua ousada resistência à ocupação das terras do Brasil Central. E hoje, na

Amazônia, são escritas talvez as últimas páginas dessa resistência heróica e desesperada. Basta ler os jornais para acompanhar seu desenrolar.

Negros em quilombos

Desde os primeiros momentos da escravidão em nosso país, os negros lutaram contra o estatuto que os oprimia. Essa luta assumiu a forma de fugas para as matas, com a formação de quilombos; guerrilhas; insurreições armadas urbanas: revoltas urbanas organizadas para a tomada do poder; e, finalmente, participação nos movimentos políticos conduzidos por outras camadas sociais.



Luta entre índios e portugueses (à esq.); a Batalha dos Guararapes, contra os holandeses (acima), e o prédio do governo da ANL, em Natal (dir.)

O Reino Negro dos Palmares constitui a manifestação mais marcante dessa luta; já no início do século XVII há notícias na Serra da Barriga de quilombos formados por negros dos engenhos de açúcar da região dos atuais Estados de Alagoas e Pernambuco. O quilombo cresce a partir de 1630, ocupando uma área de mais ou menos 60 léguas, abrigando 20 mil pessoas. Em 1694, comandada por Domingos Jorge Velho, a maior força armada vista em todo o período colonial destruiu o quilombo, depois de mais de 60 anos de resistência.

Há notícias de quilombos durante todo o tempo que durou a escravidão. Em 1759, Bartolomeu Bueno do Prado destruiu o quilombo de Campo Grande, em Minas Gerais e Goiás; por volta de 1770, formou-se o quilombo da Carlota, em Mato Grosso. E, no Maranhão, o quilombo do Preto Cosme ficou famoso por sua participação na Balaiada (1838-1843).

As insurreições armadas urbanas e as revoltas organizadas para tomar o poder têm, entretanto, mais profundo alcance social; ocorreram também em todo o território nacional. As mais conhecidas são as dos negros de Salvador, ocorridas em 1807, 1808, 1809, 1813, 1814, 1822, 1823, 1826, 1827, 1830, 1835 e 1844. A insurreição mais importante foi a de 1835; com um planejamento minucioso e envolvendo todos os escravos do Recôncavo, teve seu início precipitado pela delação. Na prisão, alguns deram exemplo de grande dignidade, como o nagô Henrique que, sob tortura e já com as primeiras contrações do tétano que o mataria, recusava-se a delatar seus companheiros, afirmando que "não dizia mais nada porque não é gente de dizer duas coisas, e o que disse está dito até morrer".

Luta contra Portugal

As primeiras manifestações coloniais de uma dinâmica autônoma frente aos interesses metropolitanos ocorrem na luta contra os holandeses que, em 1624, atacam Salvador, cuja população foge para o interior. Dom Marcos Teixeira, bispo de Salvador, organiza a resistência, que expulsa os invasores. Em 1630 os holandeses ocupam Pernambuco, e em seguida uma faixa de terra que vai de Alagoas ao Rio Grande do Norte. Quando a exploração holandesa mexeu com seus interesses dos grandes proprietários rurais, eles mobilizaram todas as forças sociais da colônia — clero, camadas pobres, índios e até mesmo negros livres — e, em 1654, forçaram os holandeses a assinarem a rendição. Nos últimos anos do século XVIII

várias conspirações visavam a independência como as Inconfidências Mineira (1789) e do Rio de Janeiro (1794) e a Revolução dos Alfiates (1798), liderada por soldados e alfiates negros de Salvador, e envolvendo padres, profissionais liberais, funcionários públicos, oficiais das milícias, sapateiros, pedreiros, além de muitos escravos.

Em 1817, comerciantes brasileiros, grandes proprietários, parte do clero e pobres sem acesso à terra instalaram em Recife o primeiro governo nacional brasileiro, abrangendo Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. A falta de coesão política entre os dirigentes (causada por divergências sobre a abolição da escravidão e a mobilização do povo em defesa da revolução) torna o novo governo muito fraco. Em maio de 1817, tropas portuguesas desembarcam em Recife, os revolucionários fogem para o interior e o sonho de liberdade é desbaratado.

Ele serviu, contudo, para mostrar que o jogo português tinha seus dias contados. Em junho de 1822, os liberais baianos iniciaram no interior um movimento contra as tropas portuguesas. A luta durou até julho de 1823. No Piauí, a luta contra o domínio português foi até março de 1823.

Levantes na Regência

As lutas entre nacionalistas e portugueses marcaram todo o primeiro império. Em 1823, D. Pedro I dissolveu a Assembléia Constituinte, atribuindo-se poderes absolutos. Os liberais pernambucanos não aceitaram a constituição outorgada e, com apoio da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, proclamaram a Confederação do Equador, em 1824.

Em 1831, um levante popular apoiado pela tropa obriga Pedro I a abdicar, abrindo-se assim o período agitado da Regência com revoltas em diversas províncias: a Setembrada, no Maranhão; a Novembrada e a Abrilada, em Pernambuco; as Revoltas Federalistas, na Bahia; a Guerra dos Cabanos (de 1832 a 1835), nos sertões de Alagoas e Pernambuco. Em 1835, houve uma revolta em Ouro Preto, Minas Gerais; em 1834-35, a Carneirada, em Pernambuco; em 1837, a Sabinada tentou instalar uma república independente na Bahia. No Rio Grande do Sul, a Revolução Farroupilha instaurou uma república independente que durou de 1835 a 1845.

Outras revoltas ocorreram no período da Regência foram a Cabanagem (1835-1840), no Pará, onde pela primeira vez no Brasil as camadas populares con-

Diálogo e debate em nome do conhecimento que humaniza

encontros com a

CIVILIZAÇÃO

BRASILEIRA

Cr\$ 80,00

17



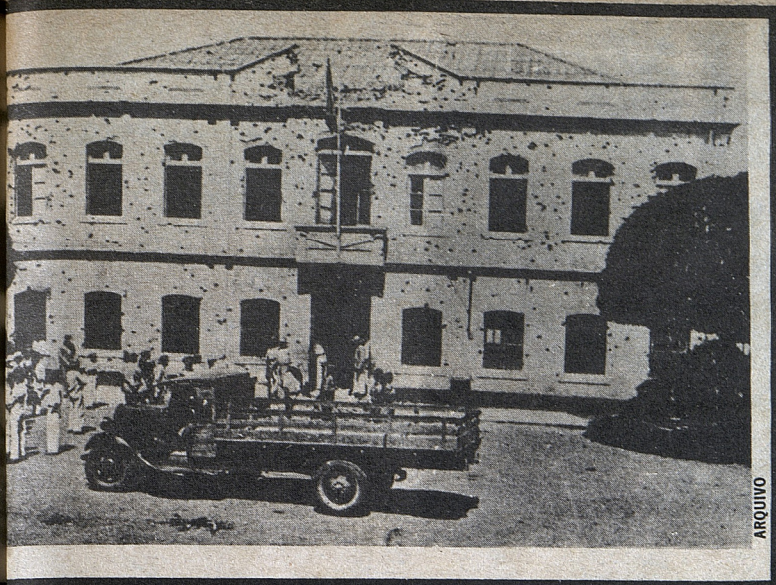
ÊNIO SILVEIRA — Diálogo de Surdos • ALBERT EINSTEIN — Por que o Socialismo? • CARLOS NELSON GOUTINHO — Cultura e Democracia no Brasil • JAISON BARRETO — Atualidades e Perspectivas: a Saída para a Crise • PAOLO BUFALINI — Valor e Atualidade da Revolução de Outubro • GEIR CAMPOS e TÁRIK DE SOUZA — Poesia • ADILSON DE OLIVEIRA — Perspectivas da Política Energética Brasileira Face à Crise do Capitalismo: é Possível uma Política Energética Nacional? • ALFREDO BOSI — A Máscara e a Fenda • MOACIR PEREIRA — Política e Censura • OTÁVIO GUILHERME VELHO — A Universidade e a Antropologia no Brasil. Hoje • MARIA AMÉLIA MELLO — Contos • SILVIANO SANTIAGO — Repressão e Censura no Campo da Literatura e das Artes na Década de 70 • ADELMO GENRO FILHO — A Democracia como Valor Operário e Popular • LÚCIO LARA — "Nos seremos Modestos, Austeros e Audaciosos..." • JOYSSSE LUSSU — Poemas-afões • AGOSTINHO NETO — Do Povo Buscamos a Força • MOACYR FÉLIX — Ética e Política: Observações Pessoais

Assinatura anual: Cr\$ 800,00
semestral: Cr\$ 450,00
Número avulso: Cr\$ 80,00

Pedidos de assinatura por vale postal ou cheque nominal à

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.

Rua Muniz Barreto, 91/93 - 22.251 - Rio de Janeiro, RJ



ARQUIVO

quistaram e mantiveram o poder por longo espaço de tempo. Em 1838, houve a Balaiada, no Maranhão, reprimida por Caxias com apoio dos liberais revoltosos, anistiados sob a condição de aderirem à luta contra camponeses e ex-escravos, seus antigos aliados. Em 1842 houve a Revolução Liberal, em São Paulo e Minas Gerais, também reprimida por Caxias. E, de 1848 a 1850, houve a Revolução Praieira, em Pernambuco, um movimento democrático e antilatifundiário, com grande apoio popular.

Guerras camponesas

Entre os movimentos armados dos camponeses brasileiros destacam-se, por sua extensão e capacidade de resis-

tência às investidas das forças repressoras, a revolta dos Mucker, Camudos e a Guerra do Contestado.

Os colonos alemães de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, espoliados pelos comerciantes locais e pela especulação imobiliária, juntaram-se numa seita que ficou conhecida como Mucker. Em 1874, após perseguições e humilhações, passaram a incendiar as propriedades de seus inimigos, matando as pessoas nelas encontradas. A força policial da província e a Guarda Nacional foram insuficientes para reprimir o movimento e um batalhão do Exército foi mobilizado, sob o comando do general Genuíno Olympio de Sampaio, que morreu em combate. Após uma batalha onde os Mucker foram vitoriosos, o batalhão foi reforçado com soldados e canhões e, em

agosto de 1874, os Mucker foram pura e simplesmente massacrados.

A guerra sertaneja de Camudos assumiu proporções mais amplas. No sertão baiano, cerca de 25 mil pessoas juntaram-se em torno de Antônio Condeleiro, fixando-se no arraial de Canudos. Em 1896 a polícia baiana atacou o arraial sendo repelida. Mais tarde, com reforços do governo federal, a polícia atacou novamente, sendo derrotada outra vez. Canudos transformou-se, então, num caso nacional, sendo considerado uma ameaça à República. Em 1897, uma tropa do exército foi derrotada pelos sertanejos. A seguir, foram enviados dois regimentos de infantaria, uma batalhão de polícia estadual, um esquadrão de cavalaria e uma bateria de artilharia ligeira, sob o comando do Coronel Moreira César. O coronel morreu em combate e a tropa debandou. Ainda nesse ano, outra expedição, comandada pelo general Oscar de Andrade Guimarães, com canhões, farta munição e quase 5 mil soldados, cercou Canudos, cuja população foi aniquilada; o cadáver do Condeleiro foi desenterrado e sua cabeça decepada, sendo levada a Salvador como troféu.

Outra grande revolta sertaneja foi a Guerra Santa do Contestado (de 1912 a 1915), numa área extensa na fronteira entre o Paraná e Santa Catarina. Utilizando a luta de guerrilhas, os rebeldes, que várias vezes foram dados como vencidos pela repressão, reorganizavam-se em locais diferentes, continuando a luta até que, em 1915, se dispersaram.

Movimentos modernos

Depois da proclamação da República, em 1889, ocorreram a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul (de 1893 a 1895). Esses movimentos, fortemente suspeitos de

simpatias pela monarquia, foram reprimidos sangrentamente pelo governo de Floriano Peixoto. Em 1910 houve a Revolta da Chibata, liderada por Francisco Dias e João Cândido, contra o código disciplinar da Armada, que previa castigos corporais. Os marinheiros manobram os navios mais importantes da Marinha de Guerra, e ameaçaram bombardear o Rio de Janeiro caso não fossem atendidos.

Em julho de 1922, o levante do Forte de Copacabana, marcou o início do movimento Tenentista, que se desenvolveu durante toda a década, ocorrendo levantes militares em vários Estados.

Em 1926, os remanescentes dos levantes Tenentistas em São Paulo e Rio Grande do Sul formam a Coluna Prestes, liderada por Luiz Carlos Prestes e Miguel Costa. Percorreram 36 mil quilômetros pelo interior do Brasil, enfrentando tropas federais e estaduais e, em 1927, internaram-se na Bolívia.

Os tenentes tiveram uma participação importante no movimento que, em outubro de 1930, colocou um ponto final na República Velha. Depois de 1930, entretanto, os tenentes dividiram-se. Uns aderiram ao governo Vargas, enquanto outros se tornaram fascistas ou adotaram posições socialistas. Depois de 1934, frente a essas divisões, o movimento desarticula-se.

Em 1935, sindicatos o Partido Comunista, políticos independentes e tenentes progressistas fundam a Aliança Nacional Libertadora, uma frente única presidida por Luiz Carlos Prestes. Com um programa nacionalista e antilatifundiário, a ANL foi fechada pelo governo meses após sua fundação. Em novembro de 1935, ocorre o levante armado da ANL, em Natal, Recife e Rio de Janeiro, prontamente derrotado pelo governo. Essa derrota foi seguida por prisões em massa, torturas e assassinatos políticos.

Faça da VERDADE um presente dê MOVIMENTO a seus amigos

Presenteie seus parentes e amigos com uma assinatura de MOVIMENTO: um jornal verdadeiro, que revela o que está por trás de cada notícia.

MOVIMENTO: o novo livro da verdadeira História do Brasil para uso de todos os educadores. Assino, leio, divulgo e apoio MOVIMENTO. É o jornal que merece de todos os leitores a consagração que se deve àqueles que combateram o bom combate nas condições mais adversas.



Juca Martins/Ag. F-4

MARIA NILDE MASCELLANI (EDUCADORA)



Antônio Carlos Moura

D. PEDRO CASALDÁLIGA (BISPO)

MOVIMENTO dá cobertura com o detalhe da vida, ao dia-a-dia das lutas do povo do campo e da cidade deste Brasil. Por ora, MOVIMENTO é insubstituível.

Em seus respectivos setores, cada um de nós, participantes desta nação, encontrará neste jornal, abrigo para suas reivindicações, denúncias, fome de justiça e liberdade. Ler MOVIMENTO é acordar e participar.



Richard Basso

FERNANDA MONTENEGRO (ATRIZ)

ASSINATURA ANUAL

Cr\$950,00 (Exterior - US\$70)
Desejo receber gratuitamente os seguintes 10 exemplares atrasados.

ASSINATURA SEMESTRAL

Cr\$500 (Exterior - US\$ 35)
Desejo receber gratuitamente os seguintes exemplares atrasados.

Estou enviando o cheque nº _____ em nome de Edição SA Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP. CEP: 05415. Se a assinatura for feita na Europa, enviar para conta Postal CCP 1202254 D-M Villas-Paris. FRANCE.

Nome _____ Idade _____
Profissão _____ Endereço _____
Cidade _____ Estado _____ CEP _____

CORTA ESSA!



LUIZ CARNEIRO & ASSOCIADOS